

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA  
CURSO DE MESTRADO**

**CAMILA FERNANDA FERRETO JAQUES**

**A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA  
ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA**

**CAXIAS DO SUL  
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

J36m Jaques, Camila Fernanda Ferreto  
A modalização discursiva na perspectiva da teoria da argumentação na  
língua [recurso eletrônico] / Camila Fernanda Ferreto Jaques. – 2022.  
Dados eletrônicos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de  
Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2022.  
Orientação: Tânia Maris de Azevedo.  
Modo de acesso: World Wide Web  
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>  
1. Semântica. 2. Modalidade (Linguística). 3. Análise do discurso. I.  
Azevedo, Tânia Maris de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 81'37

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

# A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

*Camila Fernanda Ferreto Jaques*

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais

Caxias do Sul, 1º de abril de 2022.

## Banca Examinadora:

Dra. Tânia Maris de Azevedo  
Orientadora  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Carina Maria Melchiors Niederauer  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste  
Universidade de Passo Fundo

Dr. Valdir do Nascimento Flores  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu melhor amigo e salvador, sempre em primeiro lugar.

Ao meu esposo, Rafael Ramires Jaques, que me apoia em todas as minhas decisões, luta comigo as minhas lutas e me incentiva a buscar o que me faz feliz.

Aos meus pais, Claudio e Ana, que me criaram, educaram e ensinaram a ser uma pessoa de fé, estudiosa e responsável.

Ao meu irmão mais velho, Junior, que também cuidou de mim e com quem sempre posso contar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Tânia Maris de Azevedo, que aposta no meu potencial desde que me conheceu, ainda no início da Licenciatura em Letras.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, com os quais tanto aprendi nas disciplinas do Curso de Mestrado.

Aos professores e professoras da extinta Licenciatura em Letras, do Campus Universitário da Região dos Vinhedos da Universidade de Caxias do Sul, que contribuíram com a minha formação.

Aos colegas e amigos com quem tive o prazer de compartilhar tantos momentos ao longo da vida acadêmica.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.*

*O fato delas [de as línguas] serem  
estranhas, arbitrárias, complicadas, não  
deveria nos surpreender, pois, a própria  
existência de línguas particulares é uma  
irrupção do irracional.*

**Oswald Ducrot<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. São Paulo: Global Ed., 1981.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo geral analisar, pelo viés semântico-argumentativo, o fenômeno linguístico da modalização na constituição do sentido do discurso, desde a perspectiva da Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot, a fim de verificar como é possível descrever o fenômeno, desde esse prisma teórico-metodológico. Inicialmente, são discutidos os conceitos fundamentais da Semântica Argumentativa e da Teoria da Polifonia, com o propósito de construir os alicerces para as demais atividades da pesquisa. Em seguida, é elaborado um panorama com diversas perspectivas teóricas a respeito do objeto de pesquisa, a saber, a modalização discursiva. Por fim, tal fenômeno linguístico-discursivo é analisado sob a ótica da Teoria da Polifonia seguindo o método de análise proposto por Ducrot. A análise parte de exemplos de enunciados e discursos coletados e organizados conforme as categorias semânticas e fenômenos propostos por Ducrot – asserção, pressuposição, ironia, humor, negação e pergunta. Por meio dessa investigação, vemos que a modalização inscreve-se no material linguístico de diversas formas, como, por exemplo, no nível do discurso, nos pontos de vista dos enunciadorees e na atitude do locutor. A pesquisa levanta o questionamento da existência de uma suposta objetividade, que estaria atrelada à divisão do enunciado em duas partes, uma objetiva – descritiva – e outra subjetiva – apreciativa. Todavia, o que temos é uma interdependência semântica entre todos os elementos verbais que constituem o sentido do discurso, assim como ocorre com as categorias *modus* e *dictum*, de Charles Bally: uma só existe em função da outra. Da mesma forma como se propôs o linguista Ferdinand de Saussure, a Teoria de Ducrot visa estudar a língua por ela mesma, compreendendo a língua como um sistema em que os elementos unem-se e opõe-se para construir uma significação. Embora o contexto extralinguístico seja essencial para a (re)constituição do sentido, a análise polifônica demonstra, neste e em tantos outros trabalhos, que o próprio sistema linguístico já prevê as possibilidades e as restrições impostas pela língua.

Palavras-chave: Modalização; Semântica Argumentativa; Teoria da Polifonia.

## RÉSUMÉ

L'objectif général de ce travail était d'analyser, à travers l'approche sémantique-argumentatif, le phénomène linguistique de la modalisation dans la constitution du sens du discours, depuis le point de vue de la Théorie de la Polyphonie d'Oswald Ducrot, afin de vérifier comment il est possible décrire le phénomène, à travers de cette approche théorique et méthodologique. Dans un premier temps, les concepts fondamentaux de la Sémantique Argumentative et de la Théorie de la Polyphonie sont abordés, dans le but de jeter les bases des autres activités de la recherche. Ensuite, un aperçu est élaboré avec différentes perspectives théoriques concernant l'objet de recherche, à savoir la modalisation discursive. À la fin, ce phénomène linguistique-discursif est analysé dès la perspective de la Théorie de la Polyphonie en suivant la méthode d'analyse proposée par Ducrot. L'analyse s'appuie sur des exemples d'énoncés et de discours recueillis et organisés selon les catégories sémantiques et phénomènes proposées par Ducrot – assertion, présupposition, ironie, humour, négation et question. À travers de cette investigation, on voit que la modalisation s'inscrit dans le matériel linguistique de différentes manières, comme par exemple au niveau du discours, dans les points de vue des énonciateurs et dans l'attitude du locuteur. La recherche pose la question de l'existence d'une supposée objectivité, qui serait liée à la division de l'énoncé en deux parties, l'une objective – descriptive – et l'autre subjective – appréciative. Toutefois, il s'agit d'une interdépendance sémantique entre tous les éléments verbaux qui composent le sens du discours, comme dans les catégories *modus* et *dictum* de Charles Bally : l'un n'existe qu'en fonction de l'autre. Comme l'a fait le linguiste Ferdinand de Saussure, la Théorie de Ducrot vise à étudier la langue par elle-même, à comprendre la langue comme un système dans lequel des éléments s'unissent et s'opposent pour construire un sens. Bien que le contexte extralinguistique soit essentiel pour la (re)constitution du sens, l'analyse polyphonique démontre, dans ce travail et bien d'autres, que le système linguistique lui-même prévoit déjà les possibilités et les restrictions imposées par la langue.

Mots-clés : Modalisation; Sémantique Argumentative; Théorie de la Polyphonie.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Quadrado tradicional de oposições .....	30
Figura 2 – Diagrama das categorias modais.....	30

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 2 – Classificação das entidades linguísticas.....	21
--	----



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CLG	Curso de Linguística Geral
D(n)	Discurso n
E(n)	Enunciado n
E <sub>n</sub>	Enunciador n
L	Locutor
MD	Modificador Desrealizante
MR	Modificador Realizante
PVSJ	Ponto de vista subjacente
SE	Sujeito empírico
TAL	Teoria da Argumentação na Língua
TBS	Teoria dos Blocos Semânticos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA, DE OSWALD DUCROT</b> .....	<b>14</b>
1.1 A BASE TEÓRICA .....	14
1.1.1 Platão e o conceito de alteridade .....	14
1.1.2 Ferdinand de Saussure e o conceito de <i>valor linguístico</i> .....	17
1.1.3 Conceitos fundamentais da Teoria .....	19
1.2 ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA .....	23
1.3 A TEORIA DA POLIFONIA .....	25
<b>2 O CONCEITO DE MODALIZAÇÃO: UM PANORAMA TEÓRICO</b> .....	<b>29</b>
2.1 PERSPECTIVAS LÓGICO-FILOSÓFICAS .....	29
2.2 CHARLES BALLY: O <i>MODUS</i> E O <i>DICTUM</i> .....	32
2.3 PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS .....	33
2.3.1 Émile Benveniste .....	33
2.3.1.1 A “auxiliação de modalidade” .....	33
2.3.1.2 O aparelho de funções .....	34
2.3.2 Antoine Culioli .....	35
2.3.3 Charaudeau e Maingueneau .....	35
2.4 OUTRAS PERSPECTIVAS .....	36
2.4.1 Gramaticais .....	36
2.4.2 Saint-Pierre .....	38
2.4.3 Pragmáticas .....	39
2.5 MODALIZAÇÃO E ATENUAÇÃO .....	41
2.6 MODIFICADORES REALIZANTES E DESREALIZANTES .....	42
<b>3 MODALIZAÇÃO E POLIFONIA</b> .....	<b>44</b>
3.1 ASSERÇÃO .....	44
3.2 PRESSUPOSIÇÃO .....	50
3.3 IRONIA .....	52
3.4 HUMOR .....	54
3.5 NEGAÇÃO .....	56
3.6 PERGUNTA .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Os conceitos que aparecem em estudos linguísticos com nomenclatura *modalização* ou *modalidade*<sup>2</sup> são abordados por distintas vertentes teóricas e correspondem, de maneira geral, à atitude assumida pelo falante ao produzir o seu discurso. Trata-se de um recurso que se manifesta por intermédio de marcas linguísticas que indicam a nossa postura ao fazermos uso da linguagem: quando escolhemos, por exemplo, fazer afirmações categóricas ou comedidas; generalizar ou relativizar; ser enfático ou cauteloso; assumir a responsabilidade pelo que é dito ou se esquivar dela etc.

Devido à existência de múltiplos enfoques teóricos em torno desse fenômeno linguístico-discursivo, sua definição conceitual está longe de ser unânime. As primeiras abordagens são atribuídas à tradição lógica – com as modalidades fundamentais do *possível* e do *necessário* (NEVES, 2006). A lógica modal é derivada da lógica aristotélica e tem como critério central a veracidade das afirmações. Existem três tipos principais de modalidade ligados a essa concepção: aristotélica, epistêmica e deôntica. Ao longo do século XX, alguns estudos linguísticos apoiaram-se nas definições lógicas, como é o caso de Lyons (1977).

Um dos trabalhos mais expressivos no que se refere a esse objeto de estudo foi realizado por Bally (1944), que introduziu os conceitos *modus* e *dictum*, constituintes da frase explícita que se complementam mutuamente e que correspondem, respectivamente, à expressão da modalidade e à representação que o sujeito faz da realidade. Segundo o linguista, a modalidade é a *alma* da frase, por meio da qual é marcada a atitude do sujeito falante, com a presença de um *sujeito modal* e de um *verbo modal*.

Influenciados pela lógica aristotélica, diversos estudos têm sustentado a existência, no interior do enunciado, de um conteúdo de natureza subjetiva, ligado à modalidade, e de um outro conteúdo de natureza objetiva, ligado ao que se conhece como conteúdo proposicional. A procedência dessa divisão será discutida na dissertação, dada sua relevância para as análises polifônicas no último capítulo. Veremos que, a partir de Bally (1944), torna-se questionável a separação entre objetividade e subjetividade, embora o linguista reconheça a presença de dois elementos integrantes do enunciado.

---

<sup>2</sup> Os termos serão referidos ao longo da dissertação conforme a nomenclatura usada por cada autor.

Nas últimas décadas, têm surgido novas concepções a respeito da modalidade ou modalização<sup>3</sup>, como estas a seguir que são abordadas no capítulo 2: Émile Benveniste (1989), por meio da Linguística da Enunciação, investigou o emprego dos verbos *poder* e *dever*, em seu estudo sobre a *auxiliação de modalidade*; Charaudeau e Maingueneau (2002) relacionaram modalidade e modalização com o conceito de enunciação; as gramáticas francesas abordam o fenômeno sob diferentes enfoques; no Brasil, Neves (2000), por meio de sua gramática de usos, apresentou as classes gramaticais *verbo*, *advérbio* e *adjetivo* com função modalizadora; Saint-Pierre (1991) analisou os modalizadores do ponto de vista dos atos ilocucionários; Briz (2013), dentro de uma perspectiva pragmática, associou a modalização com os marcadores de atenuação do discurso; e Foullioux e Felipe (2004) afirmaram que o locutor pode empregar estrategicamente certos tempos verbais, como o futuro do pretérito, para atenuar o discurso e ao mesmo tempo deixar claras suas pretensões. Por fim, abordo os conceitos de *modificador realizante* e *desrealizante*, introduzidos por Ducrot (1998) como elementos linguísticos que diminuem ou intensificam o valor argumentativo de predicados. Procurei contemplar, por meio desse panorama, a maior diversidade de enfoques que foi possível considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa.

Com este trabalho, tive como pretensão analisar e descrever o fenômeno da *modalização* do ponto de vista da *Semântica Argumentativa*, ou *Teoria da Argumentação na Língua* (TAL), de Oswald Ducrot e colaboradores. A TAL parte da ideia de que o sentido constitui-se a partir da significação inscrita na língua (AZEVEDO, 2006), isto é, das relações internas ao sistema da língua que formam uma entidade linguística. Nessa perspectiva teórica, tais relações são consideradas de acordo com a concepção saussuriana de *valor*, tendo como alicerce a *alteridade* platônica, baseada na ideia de *oposição*: “a oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias. O valor de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística – é o que a opõe às outras” (DUCROT, 2009b, p. 10). Assim, o enunciado “não é mais nada em si mesmo, não é senão uma alusão a outros enunciados – aquele pelos quais ele quer ser continuado” (DUCROT, 2009b, p. 12).

Convém, ainda, assinalar uma distinção necessária. O conceito de *argumentação* que está sendo referido neste trabalho não diz respeito à *argumentação retórica*, cujo objetivo é a persuasão, a qual “consiste em levar alguém a crer em algo” (AZEVEDO, 2006, p. 44). Esse recurso depende das habilidades do orador sobre como persuadir, de modo que, nesse caso, a

---

<sup>3</sup> É relevante deixar claro que esses conceitos não estão sendo empregados como sinônimos neste trabalho. No entanto, ambas as nomenclaturas aparecerão ao longo da pesquisa, já que as definições inter cruzam-se conforme as teorias abordadas.

língua funciona como um mero instrumento. O conceito a que este trabalho faz referência é o de *argumentação linguística*, a qual parte do pressuposto de que a argumentação está na língua. Isso quer dizer que o próprio sistema linguístico prevê a significação que determina a orientação argumentativa e, portanto, o sentido de uma entidade linguística concreta.

A TAL subdivide-se na *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS) e na *Teoria da Polifonia*. Como, em princípio, é especificamente esta última que fundamenta a análise proposta, trago alguns apontamentos sobre ela. Segundo Ducrot (1990, p. 16),

o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas põe em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens. O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais do que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem.

A culminância desta pesquisa é, portanto, uma análise que busca identificar, no interior do enunciado, essas diferentes vozes, bem como a tomada de posição do locutor diante delas. Nesse contexto, é considerado particularmente o papel da *modalização*, que pode manifestar-se nas múltiplas vozes presentes no enunciado ou então na atitude do locutor ao constituir o sentido do enunciado. A investigação proposta consiste, justamente, em descobrir como o fenômeno linguístico-discursivo em questão opera desde o ponto de vista polifônico.

A partir dessas considerações, o tema de minha pesquisa foi assim formulado: *o fenômeno da modalização na constituição do sentido via Semântica Argumentativa*. A delimitação do tema coloca a proposta em termos mais precisos: *análise semântico-argumentativa do fenômeno linguístico-discursivo da modalização na constituição do sentido do discurso, desde a perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Oswald Ducrot*.

Lanço um questionamento por meio do problema de pesquisa partindo do pressuposto de que a Teoria de base tem como contribuir para descrever e explicar a *modalização* do ponto de vista da constituição do sentido. Assim, o problema desta pesquisa assumiu a seguinte forma: *Como a Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot, pode descrever e explicar o fenômeno linguístico-discursivo da modalização na constituição do sentido do discurso?*

Esta investigação tem por objetivo geral *analisar, pelo viés semântico-argumentativo, o fenômeno linguístico da modalização na constituição do sentido do discurso, desde a perspectiva da Teoria da Polifonia, de Oswald Ducrot, a fim de verificar como é possível descrever o fenômeno, desde esse prisma teórico-metodológico*.

Para a consecução desse objetivo, configuram-se como objetivos específicos os que seguem:

- a) compreender a concepção polifônica de sentido da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Oswald Ducrot;
- b) investigar diferentes perspectivas teóricas a respeito do conceito de *modalização*; e
- c) analisar o fenômeno linguístico-discursivo da *modalização* por meio da Teoria da Polifonia.

Conforme mencionado, o objeto de estudo desta pesquisa já foi abordado por diferentes teorias, de modo que se torna impraticável a existência de um consenso na elaboração de uma definição conceitual. Por essa razão, uma investigação de estudos já realizados a respeito da *modalização* pode contribuir tanto para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, quanto para uma possível indicação de correspondências teóricas com a Semântica Argumentativa.

O intuito deste estudo é reconsiderar a *modalização* a partir da perspectiva da Semântica Argumentativa, por meio de uma pesquisa de natureza teórico-metodológica. Tal natureza justifica-se pelo fato de este fenômeno linguístico-discursivo não ter sido ainda objeto de um estudo no âmbito dessa Teoria. Diversos trabalhos, nacionais e internacionais, foram consultados ao longo desta pesquisa, não apenas com o intuito de estudar o objeto de pesquisa e a TAL mas também de constatar quais eram os enfoques já existentes. Assim, a partir dos materiais coletados, pude notar que, embora a *modalização* e a Semântica Argumentativa apareçam em inúmeras pesquisas, inclusive juntas em algumas destas<sup>4</sup>, não localizei propostas de análise polifônica especificamente de enunciados e discursos modalizados de acordo com as categorias semânticas e fenômenos apontados por Ducrot (1987) em *O dizer e o dito*.

Assim, a *modalização* é estudada a partir de um ponto de vista pouco – ou talvez ainda não – explorado. Os resultados deste estudo poderão fundamentar novas pesquisas, tanto na área Linguística, quanto no âmbito educacional, visto que, conforme demonstram as pesquisas de Azevedo (2019), a Teoria da Argumentação na Língua é profícua em termos de transposição

---

<sup>4</sup> O Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) conduz um projeto de pesquisa intitulado “Estudos semântico-argumentativos e enunciativos na língua e no discurso: marcas de inter(subjetividade) e de orientação argumentativa”, por meio do qual são investigados, entre diversos outros elementos linguísticos, os modalizadores discursivos e a polifonia. Há vários trabalhos científicos orientados e/ou publicados por Nascimento disponíveis no repositório da universidade, bem como em sites de revistas acadêmicas.

didática – em especial, no que se refere à qualificação da habilidade de compreensão leitora. A relevância social da pesquisa está associada também às contribuições que poderão se delinear no que diz respeito ao emprego da língua, alargando a possibilidade de estudo e aplicação da modalização em diversas áreas, como direito, publicidade, imprensa etc.

A pesquisa é bibliográfica e organizei o conteúdo da dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, abordo os conceitos fundamentais da Teoria da Argumentação na Língua e de sua ramificação, a Teoria da Polifonia, a fim de construir a base teórica para o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo, construo um panorama de concepções sobre *modalização*, analisando-a a partir da ótica de diferentes perspectivas teóricas. Por fim, o terceiro e último capítulo foi destinado à análise desse fenômeno linguístico-discursivo desde o ponto de vista da Teoria da Polifonia. Para isso, apresento exemplos de enunciados e discursos, os quais examino conforme a concepção polifônica de sentido, atentando-me à presença da modalização.

## 1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA, DE OSWALD DUCROT

Este capítulo será dedicado à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), do linguista semanticista Oswald Ducrot e colaboradores, desde a sua fundamentação nos estudos de Ferdinand de Saussure. Buscarei, na Semântica Argumentativa, a definição de conceitos fundamentais que surgirão ao longo do trabalho, tais como: *frase*, *enunciado*, *texto*, *discurso*, *significação* e *sentido*. O conceito de *argumentação* terá sua explanação em um subcapítulo próprio, dada sua centralidade e especificidade na Teoria. Por fim, abordarei a Teoria da Polifonia, a qual, assim como a Teoria dos Blocos Semânticos, é uma das ramificações da TAL e será aplicada nas análises posteriores.

### 1.1 A BASE TEÓRICA

Para compreender a Semântica Argumentativa, é essencial conhecer os conceitos fundamentais dos trabalhos de Ferdinand de Saussure. Todavia, antes de mergulhar na Linguística, proponho uma pequena imersão na Filosofia, a fim de analisar um conceito que, na interpretação de Ducrot, está na base da construção teórica de Saussure: a *alteridade* segundo Platão. Considero relevante realizar essa abordagem, uma vez que o embasamento filosófico em questão passa a alicerçar, também, a Semântica Argumentativa.

#### 1.1.1 Platão e o conceito de alteridade

No diálogo *O sofista*, de Platão, o personagem Estrangeiro – condutor do debate – e o jovem Teeteto dispõem-se a definir o conceito *sofista*. Para chegar à definição, o Estrangeiro sugere começar pela definição de um termo “mais simples”, que viria a ser *pescador*, por meio do qual seria construído um caminho de analogias, investigando-se as semelhanças entre a arte da pescaria e a arte sofística.

O percurso é longo, e cada conceito originário desdobra-se em dois novos conceitos opostos. O Estrangeiro destaca dois tipos de arte: as produtivas e as aquisitivas. Enquanto aquelas são criadoras e fabricam seus produtos, estas se apropriam do que já existe. O pescador domina, portanto, a arte aquisitiva, pois busca na natureza a sua mercadoria já pronta e se apropria dela na função da pescaria. A arte aquisitiva divide-se em duas modalidades: a troca (voluntária) e a captura. Esta pode ocorrer de duas formas: por meio da luta ou por meio da caça. Com isso, os filósofos chegam a uma primeira conclusão: tanto o sofista quanto o



pescador dominam a arte aquisitiva e são caçadores. O pescador é caçador dos animais aquáticos e o sofista, de homens – jovens ricos de famílias nobres – para os quais transmite seus ensinamentos.

Esse é apenas o início das discussões. A dupla chega a outras conclusões a partir do desdobramento dos conceitos, os quais são sempre opostos. Ao longo do caminho, surge e desenrola-se uma discussão central no diálogo: a oposição *ser/não-ser*. Ela tem início quando os filósofos, ao abordarem a arte dos simulacros, afirmam que o sofista é um “imitador ilusionista”, porque não é o verdadeiro conhecimento que ele manifesta ao falar ou opinar em falso, e sim o não-conhecimento. Assim, não sendo o verdadeiro sábio, o sofista seria o imitador do sábio.

O Estrangeiro e Teeteto concluem que o *ser* e o *não-ser* não podem ser separados, pois, quando se compreende um, compreende-se o outro. A oposição *ser/não-ser* instala-se em toda a discussão por meio do desdobramento – sempre em duplicidade e oposição – dos conceitos, os quais são definidos a partir daquilo que não são, isto é, dos seus *não-seres*. Veremos a seguir que esse princípio rege a construção dos conceitos fundamentais da Semântica Argumentativa, de modo que um constitua o outro.

Nesse contexto, emergem na discussão os gêneros primeiros: *movimento*, *repouso*, *mesmo* e o próprio *ser*. Para compreendermos como esses gêneros relacionam-se entre si, é preciso considerar, também, o que Ducrot (2009b) compreende como a quinta categoria: o *outro*. A respeito do *movimento* e do *repouso*, o Estrangeiro afirma que o *ser* mistura-se com ambos, já que ambos *são*. Afinal, movimento *é* movimento e repouso *é* repouso. Assim, o movimento só pode ser ele *mesmo*, da mesma forma como ocorre com o repouso. Nesse sentido, o lugar do *outro*, ou seja, da *alteridade*, está no fato de que cada categoria só existe porque existe uma outra categoria para a qual se opor. “Não pode haver *outro* a não ser em relação com outra coisa” (PLATÃO, 2003, p. 39, grifo meu).

Em suma, podemos afirmar que o *repouso* só existe porque existe *movimento*, ao qual ele se opõe, definindo-se, portanto, como *outro*, ou como o *não-ser* do *movimento*. Quando um elemento *é* – e, portanto, participa do *ser* – o outro *não é* – ou seja, *é* o *não-ser* que participa dele. Portanto, *movimento é* o *não-ser* do *repouso*, e vice-versa, estabelecendo-se entre as categorias uma oposição recíproca, da qual dependem as suas definições.

Em razão do alto nível de abstração dos conceitos envolvidos e dos raciocínios construídos, é natural que o diálogo *O sofista* seja considerado complexo e de difícil compreensão, principalmente quando os personagens discutem a constituição das cinco categorias. Todavia, essa discussão traz à tona um princípio comum que orienta as definições

conceituais elaboradas durante o debate: a *alteridade*. Seguindo esse princípio, só se pode definir um conceito em oposição a outros conceitos.

Neste ponto, chamo a atenção do leitor para o personagem Estrangeiro. Por que é justamente esse personagem que conduz uma discussão sobre seres e não-seres, sobre um conceito constituindo o outro? A ideia de *ser um estrangeiro* é também *ser outro* em relação à nacionalidade e/ou à cultura que estão sendo tomadas como referência. Na perspectiva dos estudos culturais, identidade e diferença são interdependentes. De acordo com Silva (2014), ao expressarmos a nossa identidade de forma afirmativa, essa relação de interdependência fica subjacente.

Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” – ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido (SILVA, 2014, p. 75, grifo do autor).

Destaco a ênfase que foi dada à palavra *não*, na ideia de *não ser brasileiro*, tendo em vista a importância da existência do *não-ser* para a constituição do *ser*. Ele prossegue: “A afirmação ‘sou brasileiro’, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’ [...] e assim por diante” (SILVA, 2014, p. 75). Novamente, temos a *negação*, o *não*, como elemento fundamental para a definição de um conceito e, nesse caso, para a afirmação de uma identidade. Identidade e diferença, consoante o autor, são, portanto, inseparáveis.

O Estrangeiro diz em *O Sofista* que, no campo das ideias, “há muitos seres e uma multidão incontável de não-seres” (PLATÃO, 2003, p. 40). Definir alguma coisa em oposição a outra – ou negativamente, como é com o signo em Saussure – é uma prática necessária também na Língua. Os pares opositivos saussurianos, bem como os conceitos fundamentais da Semântica Argumentativa, demonstram isso. Indo mais além, a própria escolha e organização das palavras no discurso revela a interdependência semântica e a alteridade inerentes ao sistema linguístico. Essas questões serão mais aprofundadas durante a construção da fundamentação teórica.

Sem perder de vista o objeto de pesquisa que me proponho a estudar, aproveito este momento para fazer algumas indagações: qual seria o *não-ser* da *modalização*? Em oposição a quê poderíamos defini-la? No segundo capítulo, as diferentes teorias citadas fornecem

contribuições para compreender o fenômeno, mas será que alguma delas poderia responder a essas perguntas? Não estou sendo a primeira a levantar esse questionamento, já que Ducrot (1993) já dizia: “Como todo conceito, o conceito de modalidade é opositivo. Se houver o modal, deve haver também o não-modal<sup>5</sup>”. O semanticista atribui tal separação ao pensamento ocidental, que tradicionalmente separa objetividade e subjetividade. Mas será que faz sentido falar em objetividade na visão semântico-argumentativa? Voltarei a essa discussão em momentos oportunos.

De acordo com Ducrot (2009b), as relações de *alteridade* norteiam as construções teóricas da linguística saussuriana e, em especial, da Semântica Argumentativa. Discutirei em seguida como essa base filosófica opera nas Teorias. Iniciarei com a abordagem dos principais conceitos da linguística saussuriana: *língua, fala, signo, valor, significante, significado, relações associativas e relações sintagmáticas*.

### 1.1.2 Ferdinand de Saussure e o conceito de *valor linguístico*

A ideia de ser *outro*, como vimos, institui a noção de *alteridade*, um dos pilares, segundo Ducrot (2009b), das teorias linguísticas que serão aqui levantadas. Antes de chegar à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), apresentarei conceitos fundamentais presentes no *Curso de Linguística Geral* (CLG), de Ferdinand de Saussure. A *alteridade*, na interpretação de Oswald Ducrot, está na base de formação de tais conceitos, os quais definem-se por oposição: *língua e fala; signo e valor*. Conhecer e compreender os pares opositivos saussurianos nos faz compreender também a construção da TAL.

Em sua análise a respeito do *valor linguístico*, Ducrot faz uma constatação que conecta a *alteridade* platônica ao conceito desenvolvido por Ferdinand de Saussure: “A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das idéias (sic)” (DUCROT, 2009b, p. 10-11). Para compreender a noção de *valor*, é preciso primeiramente definir *signo*.

*Signo*, em Saussure, é a totalidade indivisível resultante da união de um *conceito* (ou *significado*) e uma *imagem acústica* (ou *significante*)<sup>6</sup>. A *imagem acústica* é um fenômeno

<sup>5</sup> Tradução minha de: “Comme tout concept, le concept de modalité est oppositif. S’il y a du modal, il doit y avoir aussi du non-modal” (DUCROT, 1993, p. 112).

<sup>6</sup> A interdependência entre significante e significado pode ser traduzida em três aspectos do valor interno do signo: “(1) o significante responde pelo seu significado; nessa medida, *o significado é o valor desse significante*; (2) o significado responde pelo seu significante: nessa medida, *o significante é o valor desse significado*; (3) significante e significado respondem simultaneamente um pelo outro: nessa medida, *o significante e o significado são simultaneamente o valor um do outro*” (BOUQUET, 2004, p. 258, grifos do autor).

psíquico, ou seja, é a impressão do som formada no cérebro a partir da evocação de um determinado *conceito*. Este, por sua vez, é a ideia à qual associamos a *imagem acústica*, também de forma psíquica (CLG, 2012)<sup>7</sup>.

Para *imagem acústica* e *conceito*, o linguista propõe, respectivamente, a nomenclatura *significante/significado*, a fim de destacar a oposição inerente a esses elementos. O *significado* não é “mais que a contraparte da imagem auditiva” (CLG, 2012, p. 161). *Significante*, portanto, é a *imagem acústica* – ou *auditiva* – e *significado*, o *conceito*. Desse modo, uma relação de alteridade logo se estabelece no interior do signo, uma vez que não é possível separar, a não ser didaticamente, o significante do significado e essa relação é justamente quem define cada um. Justamente por serem opostos, a constituição de um ocorre pelo contraste com o outro.

No entanto, não é apenas no interior do *signo* que existe oposição; ela se manifesta, também, na relação de um signo com os outros *signos* da língua. Assim, o *valor* de um *signo* – ou de um *termo*, como também é chamado na obra – só pode ser determinado pelos outros que constituem o sistema do qual ele faz parte. Desde esse ponto de vista, isoladamente, um termo não possui “conteúdo”, nem ideias associadas a ele de antemão; um termo define-se negativamente na sua relação com os demais, pois sua propriedade é *ser* o que os outros signos *não são* (CLG, 2012).

Saussure entende a língua como um *sistema* de signos justamente pelo fato de que as unidades linguísticas não possuem nenhum sentido isoladamente. Pelo contrário, o sentido delas precisa ser determinado pelas relações *associativas* e *sintagmáticas* envolvidas na produção de um enunciado. As primeiras correspondem às relações que podem ser feitas para cada unidade linguística; no eixo *sintagmático*, grupos de signo formam combinações<sup>8</sup>. O *valor linguístico*, assim, é resultado das relações com outros signos em ambos os eixos (BARBISAN, 2013).

As relações *associativas* ocorrem *in absentia* (em ausência); isso significa que elas só existem na língua e são estabelecidas por associações mentais de diversas naturezas – relativas tanto à forma quanto ao sentido – que produzimos ao pensar em determinado termo (CLG, 2012). Assim, o termo *sociedade* pode ser vinculado a outras palavras com o mesmo radical (*social, sócio, associar*) ou com o mesmo sufixo (*lealdade, bondade, igualdade*). Além disso, podemos associar o termo a outros que compartilham o mesmo campo semântico (*grupo*,

<sup>7</sup> Bouquet (2004) destaca a face fonológica que qualifica o conceito de *imagem acústica*, cuja nomenclatura deveria ser substituída por *impressão acústica*, uma vez que a língua pertence à dimensão psicológica.

<sup>8</sup> Normand (2009) apresenta uma outra concepção sobre as relações paradigmáticas (associativas) e sintagmáticas. Estas últimas referem-se ao discurso e às noções de contexto e de distribuição. Aquelas constituem-se pelas associações que fazemos com o que possuímos em nossa memória.

*comunidade, coletivo, convivência*) ou a palavras cuja sonoridade é semelhante (*saudade, vontade, cidade*).

As relações *sintagmáticas*, em contrapartida, ocorrem *in praesentia* (em presença), pois, em uma construção linguística, os termos estão presentes e organizados de maneira linear e sucessiva. Os elementos, então, alinham-se um após o outro, formando combinações, as quais, no CLG (2012), são denominadas *sintagmas*. Essas combinações, segundo Azevedo (2016a), são estabelecidas de forma fonológica, sintática e semântica. Assim, no enunciado *A sociedade está preocupada com os problemas do país*, temos: um arranjo fonológico reconhecível aos falantes de Língua Portuguesa; uma organização sintática na qual os termos concordam em gênero e número; e uma composição semântica que possibilita a compreensão do interlocutor<sup>9</sup>.

Assim, o *valor* de um signo somente se constitui na sua relação com outros signos da língua, a partir do estabelecimento de relações associativas e sintagmáticas. Ou seja, esse *valor* constitui-se por oposição a outros valores dentro do sistema linguístico – novamente, por meio da *alteridade*. A seguir, abordarei os conceitos básicos da TAL, nos quais é possível observar a aproximação dessa Teoria com a linguística saussuriana, principalmente no que se refere ao *valor linguístico*.

### 1.1.3 Conceitos fundamentais da Teoria

Nesta seção, abordarei os seguintes conceitos presentes na Semântica Argumentativa: *enunciado, discurso, frase, texto, significação, sentido e enunciação*.

A noção de *valor* é fundamental nos estudos de Ducrot. Segundo o semanticista, “é difícil deduzir o sentido do *enunciado* a partir do sentido das palavras, se este já não é descrito em relação à função da palavra no *enunciado*” (DUCROT, 1987, p. 46). Assim, para descrever semanticamente uma palavra, é preciso considerar o valor que ela assume (efeito de sentido produzido) no contexto discursivo em que é empregada (DUCROT, 1987).

Esse contexto é especificamente linguístico, uma vez que, para Ducrot (1990), a preocupação do linguista e, principalmente, do linguista semanticista, deve estar centrada no sentido do *enunciado*, no que ele comporta, e não nos fatores externos de sua produção. Mas o que é *enunciado*?

---

<sup>9</sup> Bouquet (2004) vê de outro modo as relações *in absentia*, que estão no domínio da *língua*, e as relações *in praesentia*, pertencentes à fala. As primeiras correspondem ao arbitrário interno do signo e ao seu valor sistêmico fonológico e semântico. As últimas formam um fato indivisível, formadas a partir do valor interno e do valor sistêmico, constituindo-se como parte do valor semântico, que, agregado à sintagmação, estrutura o todo desse valor.

A ideia de oposição também está presente nas próprias definições conceituais feitas pelo semanticista. Com base na distinção *concreto/abstrato*, considera-se o *enunciado* uma entidade concreta, sendo seu oposto a *frase*, uma entidade abstrata. A *frase* contém as instruções que contribuem para a constituição do sentido do *enunciado*, que é a “realização de uma frase” (DUCROT, 1984, p. 373).

Em outras palavras, a *frase* é um objeto teórico e não é observável, enquanto o *enunciado*, por ser uma ocorrência particular de uma *frase*, pode ser observado (DUCROT, 1987), uma vez que tem sua manifestação oral ou escrita. Dessa forma, o autor define o ato de fazer a gramática de uma língua como “especificar e caracterizar as frases subjacentes aos enunciados realizados através desta língua” (DUCROT, 1987, p. 166-167).

Ducrot transporta para a distinção entre *frase* e *enunciado* a forma como Saussure distingue *língua* e *fala*. A *língua* é social, um conjunto de convenções compartilhado pelos membros da comunidade, enquanto a *fala* é individual (CLG, 2012). Na visão de Ducrot, a *língua* é uma construção teórica do linguista para explicar a *fala*, a qual é constituída de *dados observáveis* (BARBISAN, 2012). Desse modo, na mesma medida em que a *língua* é análoga à *frase*, a *fala* corresponde ao *enunciado*. As primeiras pertencem ao campo teórico e indicam as possibilidades e restrições previstas no sistema linguístico para orientar a produção ou interpretação do enunciado. *Fala* e *enunciado*, por outro lado, dizem respeito ao emprego da língua situado em um tempo e um espaço específicos, são concretos e podem ser observados e estudados.

Nesse ponto, é conveniente diferenciar *significação* e *sentido*. A descrição semântica de uma *frase* conduz à *significação*; a descrição semântica do *enunciado* leva à construção do *sentido* (DUCROT, 1987). A *significação* é um “conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados” (DUCROT, 1987, p. 170). Desse modo, a apropriação pela Semântica Argumentativa da noção saussuriana de *valor* está na ideia de que a *significação* é o valor semântico da *frase*, e o *sentido*, o do *enunciado*.

O *sentido* é um “conjunto de indicações sobre a *enunciação*” (DUCROT, 1987, p. 173, grifo meu). Ou seja, o *sentido* atribuído ao *enunciado* fornece pistas que levam ao reconhecimento de aspectos referentes à *enunciação*. Este é um dos conceitos para o qual a Semântica Argumentativa introduz uma outra perspectiva<sup>10</sup>. Ducrot (1987, p. 169) considera a

---

<sup>10</sup> Ou seja, diversa daquela de Benveniste (1989, p. 82), o qual afirma que a *enunciação* “é o ato mesmo de produzir um enunciado” e esse “ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”. Nesse sentido, de acordo

*enunciação*, não como o “ato de alguém que produz um enunciado”, mas o simples “fato de que um enunciado aparece”. Em outras palavras, é o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado (sic) existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois” (DUCROT, 1987, p. 168).

Nessa perspectiva teórica, a enunciação tem como produto o enunciado (entidade concreta), do qual se abstrai a frase (entidade abstrata). A descrição do sentido do enunciado, por sua vez, fornece pistas sobre a enunciação, na qual diferentes pontos de vista entram em confronto<sup>11</sup>. Assim, a essa descrição do sentido não interessa o sujeito produtor do enunciado, e sim as figuras discursivas – locutor e enunciadores, como veremos adiante (FLORES *et al.*, 2009).

Do ponto de vista da distinção *elementar/completo*, a *frase* e o *enunciado* pertencem ao nível elementar da realização linguística. São classificados no nível complexo o *texto* e o *discurso*, os quais se diferenciam pelo critério de oposição concreto/abstrato. O *texto* – entidade abstrata – é uma sequência de frases coordenada e suscetível de formar *discursos* – entidades concretas – quando realizada (DUCROT, 1984).

O Quadro 2 sintetiza e torna mais visual a classificação das entidades linguísticas de acordo com os dois critérios de oposição. Essa classificação diz respeito à *realização linguística*, que se opõe ao *material linguístico* (*frase* e *texto*). Este último é sempre repetível, ao contrário da primeira, que é sempre e cada vez única. Podemos imaginar que *frase* e *texto* são estruturas que existem apenas na língua e estão à disposição para uso do falante, como se fossem um modelo que materializamos ao produzir *enunciados* e *discursos*. Assim, são infinitas as possibilidades de realização linguística, a partir desses “modelos” disponíveis na língua, uma vez que, a cada uso, o contexto enunciativo será inédito e, conseqüentemente, o sentido será atualizado.

Quadro 1 – Classificação das entidades linguísticas

	Nível elementar	Nível complexo
Entidade abstrata	Frase	Texto
Entidade concreta	Enunciado	Discurso

Fonte: Elaboração própria com base em Ducrot (1984).

---

com Flores et al. (2009), a enunciação é entendida como uso da língua e delinea um quadro enunciativo formado pelo par eu-tu, situados em um espaço e um tempo específicos.

<sup>11</sup> Mais adiante, no subcapítulo destinado à Teoria da Polifonia, especificarei de que se tratam esses diferentes pontos de vista.

Se o valor de uma palavra é determinado na e pela oposição com os demais componentes de um enunciado, o valor deste se constitui a partir de sua relação com os outros enunciados no interior do discurso. Para comporem um discurso, os enunciados não podem ser independentes e devem se apoiar uns nos outros de modo que formem um todo coerente (DUCROT, 1984).

Essa interdependência dos enunciados não existe apenas no âmbito do discurso, mas também nas relações de interlocução, ou seja, naquelas estabelecidas entre locutor e interlocutor<sup>12</sup>. O enunciado “não é mais nada em si mesmo, não é senão uma alusão a outros enunciados – aqueles pelos quais ele quer ser continuado” (DUCROT, 2009b, p. 12). Essa continuação é decorrente das possibilidades de resposta que o enunciado permite – os “efeitos da enunciação”.

Não se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz. Utilizando um enunciado interrogativo, pretende-se obrigar, pela própria fala, a pessoa a quem se dirige a adotar um comportamento particular, o de responder, e, do mesmo modo, pretende-se incitá-lo a agir de uma certa maneira, se se recorre a um imperativo, etc. (DUCROT, 1987, p. 163).

O conceito de *valor linguístico*, associado à *alteridade*, tomou maiores proporções na TAL, saindo do nível psíquico do signo e atingindo o domínio do emprego da língua. Assim, a *alteridade* está sempre presente: entre palavra e enunciado; frase e enunciado; significação e sentido; locutor e alocutário; discurso do locutor e outros discursos (BARBISAN, 2012).

Quando compreendemos essa base filosófica e linguística da TAL, considerando a relação de *alteridade* existente entre *locutor* e *alocutário*, o conceito de *argumentação*, conforme é entendido por esse ponto de vista teórico, torna-se mais evidente. No espaço da *intersubjetividade*<sup>13</sup>, o *locutor* encontra o *interlocutor* (o outro) e produz discurso, cujo efeito de sentido leva o *alocutário* a dar-lhe alguma resposta. Assim, o enunciado não é definido apenas nele mesmo mas também nas possibilidades e restrições de resposta que ele antecipa (BARBISAN, 2013).

Até aqui, já foi mencionado em alguns momentos o sistema linguístico que prevê todas as possibilidades e restrições da língua para a produção de enunciados e discursos. A

<sup>12</sup> O interlocutor, para Ducrot, é “aquele a quem é dirigida a enunciação”. Essa definição abrange o “alocutário a quem as palavras são ditas, e o destinatário como paciente da pluralidade de vozes (enunciadores) presentes no enunciado” (FLORES *et al.*, 2009, p. 145).

<sup>13</sup> Ducrot (1990) define *intersubjetividade* em oposição a *objetividade* e *subjetividade*. *Objetividade* refere-se à representação da realidade; *subjetividade* está ligada à atitude do locutor diante dessa realidade; e *intersubjetividade* diz respeito às relações entre o locutor e as pessoas do discurso a quem ele se dirige.



*argumentação* também está inscrita nesse sistema, conforme o que Ducrot entende a respeito desse conceito. No subcapítulo seguinte, investigarei a concepção de *argumentação* desde a perspectiva da Semântica Argumentativa.

## 1.2 ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Alguns esclarecimentos se fazem necessários quando abordamos determinados conceitos e julguei adequado reservar um subcapítulo para tratar apenas da *argumentação*, uma vez que ela é definida de uma forma específica pela Semântica Argumentativa e ter clareza sobre essa definição é imprescindível para qualquer estudo baseado nessa Teoria. Por essa razão, nesta seção, trabalharei os conceitos *argumentação retórica*, *argumentação linguística*, *sentido*, *orientação argumentativa* e *valor argumentativo*.

Geralmente, associamos a *argumentação* aos esforços de convencimento por meio da linguagem, bem como aos elementos vinculados a esse processo, tais como a *tese* e o *argumento*. Essa compreensão acerca do fenômeno não está equivocada; pelo contrário, é legítima quando se trata de *argumentação retórica*. Aqui, a ideia de oposição se manifesta novamente, devido à existência de dois tipos diferentes de *argumentação*, os quais serão definidos. Ducrot (2009a) nomeia como *argumentação linguística* a perspectiva conceitual adotada pela Semântica Argumentativa, a fim de evitar os mal-entendidos gerados pelo sentido não habitual atribuído ao termo *argumentação*.

O autor define *argumentação retórica* como “a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” (DUCROT, 2009a, p. 20). O objetivo, portanto, é a persuasão, a qual exige sobretudo habilidades de oratória, de modo que a língua seja apenas mais uma das ferramentas utilizadas para tal. Na *argumentação linguística*, é a partir da significação de certas frases que se obtêm as “instruções” que determinam a orientação argumentativa dos enunciados. Nessa visão, considera-se que *a argumentação está na língua*, pois são as próprias formas linguísticas que indicam a sua presença (AZEVEDO, 2006).

A *argumentação*, com efeito, muito diferente do esforço de persuasão, é para mim um ato público, aberto, não pode realizar-se sem se denunciar enquanto tal. Mas isto é dizer que um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão. Se, pois, se admite que o aspecto argumentativo de um enunciado faz parte de seu sentido [...] chega-se à mesma conclusão à qual levaria o estudo do ilocutório: o sentido é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas consequências (DUCROT, 1987, p. 174).

Nesse ponto, volto ao que foi tratado no final do subcapítulo anterior: as marcas linguísticas do enunciado apontam para possíveis respostas ou conclusões, conferindo à enunciação “certos poderes ou certas consequências”. É nesse sentido que o ponto de vista teórico trazido aqui defende que a argumentação, nas palavras de Barbisan (2013, p. 23), “está na própria natureza da língua”.

O *sentido* do enunciado remete não apenas a *significado*, mas também a *direção*, isso porque cada palavra escolhida gera uma *orientação* ao discurso que determina seu *valor argumentativo*. Essas escolhas linguísticas determinam a possibilidade ou impossibilidade de serem continuadas por outras palavras ou enunciados (BARBISAN 2012). Ou seja, cada enunciado que produzimos indica a direção para a produção de outros enunciados.

Os textos que estudamos, sejam tomados da política, da publicidade ou da literatura, têm em comum o fato de serem textos “argumentativos”: neles o autor objetiva fazer com que o destinatário admita tal ou qual opinião, mostrando que ela decorre necessariamente de algumas outras que ele não pode deixar de admitir. Todos se apresentam, pois, como procedimentos discursivos, que partem de premissas para chegar a conclusões (DUCROT, 1981, p. 60-61).

Desse modo, quando produzimos discursos orais ou escritos, seja qual for a situação comunicativa ou o gênero textual empregado, manifestamos o nosso ponto de vista a respeito do aspecto da realidade do qual estamos tratando, levando o interlocutor a se posicionar de determinada maneira. Por essa razão, Ducrot desconsidera a existência de indicações *objetivas* da realidade, levando em conta apenas as indicações *subjetivas* e *intersubjetivas* (BARBISAN, 2012).

Não creio que a linguagem comum possua uma parte objetiva, nem tampouco creio que os enunciados da linguagem deem acesso direto à realidade; em todo caso, não a descrevem diretamente. A meu ver, se a linguagem comum a descreve, o faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo<sup>14</sup>

Associados frequentemente a essas diferentes indicações, os conceitos de *denotação* e *conotação* também são mencionados pelo semanticista. A *denotação* estaria vinculada a um aspecto objetivo, ou seja, à representação da realidade, ao passo que a *conotação* consistiria nos aspectos subjetivos – na atitude do locutor diante da realidade – e nos intersubjetivos – na relação entre o locutor e interlocutor (DUCROT, 1990). Todavia, Ducrot refuta essa

---

<sup>14</sup> Tradução minha de: “No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo” (DUCROT, 1987, p. 50).

diferenciação, uma vez que a Semântica Argumentativa não admite que haja sentidos previamente atribuídos a termos isolados, sendo descabido falar em sentido *denotativo* ou *conotativo*. Como vimos, o valor de um signo é constituído por meio das relações em presença e em ausência com outros signos do sistema linguístico.

Nessa perspectiva, o falante sempre expressa uma atitude e também leva seu interlocutor a reagir de determinada maneira. Os aspectos subjetivos e intersubjetivos foram unificados pelo semanticista por meio do conceito de *valor argumentativo*, definido pelas possibilidades ou impossibilidades de continuação dos enunciados. Para o autor, “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade”<sup>15</sup>. Dessa forma, a *alteridade* está presente também na inter-relação entre os enunciados, uma vez que o enunciado produzido é definido pelas possibilidades de resposta que oferece ou proíbe, ou seja, pelos enunciados que darão sua continuidade.

Todas as subdivisões da TAL partem do pressuposto de que a argumentação está na língua, ou seja, quando se fala em *argumentação*, nesse viés, trata-se da *argumentação linguística*, a qual independe de fatores externos à língua para se concretizar. Dessa forma, cada termo fornece a orientação argumentativa já inscrita no próprio sistema linguístico que determinará seu valor argumentativo naquele contexto discursivo específico, implicando no sentido do enunciado ou do discurso. É por isso que, em uma visão saussuriana, o signo, por si só, não possui um significado; o que ele possui é um valor apenas quando está relacionado com outros signos. Veremos a seguir como o valor argumentativo é constituído sob a ótica da Teoria da Polifonia, a qual nega a existência de uma única voz que se manifesta no enunciado e comprova a presença de vários pontos de vista diante dos quais o locutor toma determinadas posições.

### 1.3 A TEORIA DA POLIFONIA

Por meio da Teoria da Polifonia, Ducrot comprova sua tese de que não há uma única voz que se manifesta no interior do enunciado. Pelo contrário,

o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas põe em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens. O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o

---

<sup>15</sup> Tradução minha de: “Hablar es construir y tratar de imponer a los otros una especie de aprehensión argumentativa de la realidad” (DUCROT, 1990, p. 14).

resultado das diferentes vozes que ali aparecem.<sup>16</sup>

Esses diferentes “personagens”, cujas vozes manifestam-se no enunciado, são denominados *enunciadores* e correspondem a uma das três funções indicadas pelo autor. Os enunciadores não são pessoas do discurso, são os pontos de vista evocados pelo *locutor* ao produzir o enunciado.

As outras duas funções – *sujeito empírico* (SE) e *locutor* (L) – diferenciam-se da seguinte forma: o SE é o ser humano “de carne e osso” que produz fisicamente o enunciado, enquanto o *locutor* é a quem se atribui a responsabilidade pelo sentido do enunciado (DUCROT, 1990). Assim como os *enunciadores*, o *locutor* é uma entidade linguístico-discursiva, pois só existe no interior do enunciado. Por essa razão, apenas essas duas funções são consideradas pelo semanticista como objetos de análise linguística, pois estão envolvidas na construção do sentido do enunciado, o que não se aplica no caso do SE. De acordo com Ducrot, as condições externas da produção do enunciado – entre elas, a determinação do SE – não se incluem no trabalho dos linguistas.

Nem sempre o *locutor* coincide com o SE. Um exemplo disso é o enunciado *Não hesite em me usar*<sup>17</sup> afixado em uma lata de lixo. A fala em primeira pessoa é atribuída à lixeira, e não à pessoa que efetivamente escreveu o cartaz. Outro exemplo possível é um hábito frequente nas conversas com bebês ou animais de estimação. Já que os interlocutores são incapazes de falar, é comum que as pessoas – os sujeitos empíricos, no caso – falem por eles, de modo que ganhem voz no discurso como locutores, embora não sejam eles que efetivamente tenham produzido o enunciado ou o discurso.

Trago um exemplo a fim de verificar na prática como as funções de *locutor* e de *enunciador* interagem. Consideremos o enunciado (1).

(1) *A população criticou a falta de policiamento nas ruas*

Os enunciadores (E), mobilizados pelo locutor (L), nesse caso, seriam estes:

E<sub>1</sub>: *o policiamento atua nas ruas*

E<sub>2</sub>: *falta policiamento nas ruas*

<sup>16</sup> Tradução minha de: “el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes. El sentido del enunciado nace de la confrontación de esos diferentes sujetos: el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen” (DUCROT, 1990, p. 16).

<sup>17</sup> Tradução minha de: “No dude en utilizarme” (DUCROT, 1990, p. 18).

*E<sub>3</sub>: a falta de policiamento nas ruas gera insatisfação*

*E<sub>4</sub>: a população não está satisfeita com a falta de policiamento nas ruas*

Há três atitudes possíveis de serem manifestadas no enunciado pelo locutor L. Podemos encontrar todas elas no caso acima. O locutor pode *aceitar* um ponto de vista, como observamos nos enunciadores E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub> e E<sub>3</sub>, uma vez que ele está admitindo tais pressupostos. Por fim, o locutor assume E<sub>4</sub>, uma vez que, se a população criticou a falta de policiamento nas ruas, isso quer dizer que ela não pode estar satisfeita com a situação.

Apresento a seguir um segundo exemplo de análise polifônica a partir do enunciado (2):

*(2) A operadora de telefonia mudou o plano de internet sem autorização*

Nesse outro caso, os enunciadores (E), mobilizados pelo locutor (L), são:

*E<sub>1</sub>: a operadora de telefonia oferece plano de internet*

*E<sub>2</sub>: a operadora de telefonia oferece mais de um plano de internet*

*E<sub>3</sub>: o plano de internet pode ser mudado*

*E<sub>4</sub>: o plano de internet pode ser mudado com autorização*

*E<sub>5</sub>: o plano de internet pode ser mudado sem autorização*

*E<sub>6</sub>: a operadora de telefonia mudou o plano de internet com autorização*

*E<sub>7</sub>: a operadora de telefonia mudou o plano de internet sem autorização*

Na análise em questão, os pontos de vista que o locutor *aceita* são: E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>, E<sub>4</sub>, E<sub>5</sub> e E<sub>6</sub>. Por outro lado, ele *recusa* E<sub>6</sub>, pelo fato de que não houve autorização. Por fim, o locutor assume E<sub>7</sub>.

Quando realizamos a análise polifônica de enunciados, buscamos identificar pressupostos contidos no que está dito. Retomando o que foi mencionado anteriormente, somente o que está no plano linguístico é, para Ducrot, objeto de estudo de seu campo teórico. Assim, nos enunciadores elencados em cada análise, não há informações prévias referentes à situação enunciativa da qual os enunciados provêm. Pelo contrário, a Teoria da Argumentação na Língua, como um todo, ocupa-se apenas do que é dito no contexto intradiscursivo. No último capítulo, veremos como isso ocorre diante dos fenômenos e categorias semânticas elencados por Ducrot em *O dizer e o dito* (1987), a saber: a asserção, a negação, a pressuposição, a ironia, o humor e a pergunta.

Contudo, mesmo sem criar especulações sobre o contexto extradiscursivo, como conhecedores que somos do sistema linguístico, temos a capacidade de depreender muitas informações intrínsecas ao que está exposto nos enunciados. O que precisamos é ter ciência sobre o que podemos e o que não podemos constatar a partir do que nos é colocado. Por exemplo, no enunciado (1), não é possível afirmar que a crítica da população devido à falta de policiamento nas ruas deve-se ao fato de que estão ocorrendo muitos assaltos ou outros tipos de infrações. Também não podemos dizer que a população está insegura, como provavelmente interpretaríamos um enunciado como esse. Mas podemos atestar linguisticamente que a população está insatisfeita com a situação, pois o sentido de *criticar* admite essa possibilidade. Da mesma forma, não temos como comprovar que o novo plano de internet, no enunciado (2), é mais caro ou mais barato do que o anterior, tampouco inferior ou mais completo; sabemos apenas que tal mudança não foi autorizada pelo titular.

Desenvolver um olhar atento sobre as possibilidades e restrições que a língua estabelece é essencial para o usuário compreender e produzir discursos. Ao longo deste trabalho, veremos, por meio da polifonia, como a modalização interfere na constituição do sentido. Com essa base, anuncio o capítulo seguinte, no qual investigo o objeto de estudo desta pesquisa a partir de diversas linhas teóricas.

## 2 O CONCEITO DE *MODALIZAÇÃO*: UM PANORAMA TEÓRICO

Neste capítulo, mostrarei diferentes perspectivas teóricas consultadas ao longo de minha pesquisa, visando a uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno linguístico-discursivo da *modalização* e buscando correspondências conceituais com a Semântica Argumentativa. Como critério de seleção, busquei contemplar, dentro das possibilidades, a diversidade de abordagens existentes.

### 2.1 PERSPECTIVAS LÓGICO-FILOSÓFICAS

O que se conhece hoje como *lógica modal* é uma evolução da *lógica aristotélica*, a qual estabeleceu quatro proposições pertencentes ao domínio do universal ou do particular. No que se refere ao universal, o filósofo grego exemplifica com os enunciados “todo homem é branco” e “nenhum homem é branco” (ARISTÓTELES, 1985, p. 129). Tais proposições são consideradas *contrárias*, uma vez que não podem ser simultaneamente verdadeiras (ARISTÓTELES, 1985).

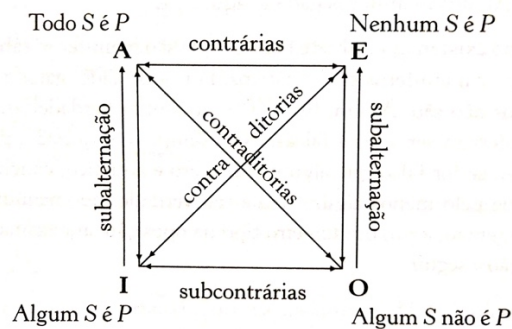
Um segundo tipo de oposição é a *contradição*. Considerando a proposição *todo homem é branco*, seria contraditório afirmar que *algum homem não é branco*. Do mesmo modo, admitindo-se que *nenhum homem é branco*, torna-se contraditório enunciar *algum homem é branco*. As novas proposições mencionadas referem-se ao domínio do particular e, ao contrário das primeiras, podem ser simultaneamente verdadeiras (ARISTÓTELES, 1985).

Já nomeei as quatro proposições, sendo duas delas pertencentes ao domínio do universal, *todo homem é branco* e *nenhum homem é branco*. Também já mencionei as outras duas proposições de ordem particular: *algum homem é branco* e *algum homem não é branco*. Existem também quatro relações lógicas que se estabelecem entre as proposições acima. Duas delas já foram citadas: o eixo das relações *contrárias* e o das *contraditórias*.

As outras duas relações são as *subalternas* e as *subcontrárias*. Estas são estabelecidas entre as proposições particulares, as quais, nesse caso, podem ser ambas verdadeiras, porém, não podem ser ambas falsas. Já a relação de *subalternação* ocorre entre proposições afirmativas, a saber *todo homem é branco* e *algum homem é branco*. A primeira é a proposição *superalterna* e a segunda, a *subalterna*. A mesma relação institui-se entre as proposições negativas, que são *nenhum homem é branco* – *superalterna* – e *algum homem não é branco* – *subalterna* (MORTARI, 2016).

A partir das quatro proposições e das quatro relações lógicas, foi desenvolvido<sup>18</sup> o *quadrado tradicional de oposições* (Figura 1):

Figura 1 – Quadrado tradicional de oposições



Fonte: MORTARI, 2016, p. 487.

Com base nessa estrutura, Greimas (1976) elaborou um diagrama (Figura 2) com as categorias modais da *necessidade* – *dever ser*, *possibilidade* – *não dever não ser*, *impossibilidade* – *dever não ser* e *contingência* – *não dever ser*, conforme tradução do francês das nomenclaturas a seguir:

Figura 2 – Diagrama das categorias modais



Fonte: GREIMAS, 1976, p. 98.

A tradição lógica apoia-se nos critérios de verdade e de falsidade para avaliar as proposições. As noções centrais da lógica modal tradicional são as de *necessidade* e de *possibilidade*, as quais se relacionam com as noções de *verdadeiro* e de *falso*. Se uma proposição *p* é *necessariamente* verdadeira, não é possível que a sua negação –  $\sim p$  – seja verdadeira. Por outro lado, se *p* for *possivelmente* verdadeira, a sua negação não será *necessariamente* verdadeira (LYONS, 1977b).

A lógica modal foi, por um tempo, associada ao que se conhece como modalidade *alética* – também chamada *ontológica* ou *aristotélica* – ligada aos valores de verdade. No entanto, esse tipo de modalidade dificilmente é constatado em ocorrências reais de uma língua,

<sup>18</sup> A elaboração do quadrado lógico de oposições é baseada nos pressupostos aristotélicos e atribuída a filósofos medievais. Em todas as fontes pesquisadas, o diagrama não aparece vinculado a nenhum nome específico.



pois é improvável que uma sentença afirmada contenha uma verdade que não tenha passado pelo filtro do conhecimento e do julgamento do falante (NEVES, 2006). Segundo Ducrot (1981), há na Língua Portuguesa morfemas que poderiam ser denominados “lógicos”, como *se*, *todos*, *alguns* etc, por indicarem possibilidades ou impossibilidades de inferência. A própria estrutura sujeito-predicado das frases possui valor lógico. Mesmo assim, não se pode concluir que “a função fundamental da língua seja a expressão das relações lógicas”, já que “a língua tem uma multiplicidade de funções que nada têm de lógica” (DUCROT, 1981, p. 37-38).

Posteriormente, foram reconhecidos outros dois tipos de modalidade: *epistêmica* e *deôntica*. A modalidade *epistêmica*<sup>19</sup> está, como a própria etimologia do termo sugere, atrelada ao conhecimento ou à crença do falante em relação ao valor – ou às condições – de verdade de uma proposição. Lyons (1977b) afirma que não se trata de estabelecer sob quais condições é apropriado usar os termos “saber” ou “acreditar”, nem outras palavras descritas como “atitudes proposicionais” (“duvidar”, “pensar”, “imaginar” etc.). Para o linguista, é geralmente aceito que “X sabe que *p*” implica “X acredita que *p*”; portanto, X assume *p* como verdadeira. Isso não ocorre com “X acredita que *p*”, pois, neste caso, o falante não se compromete com a verdade. Desse modo, a escolha pelo “saber” em vez de “acreditar” gera um forte comprometimento com a afirmação (LYONS, 1977b).

A modalidade *deôntica*<sup>20</sup>, por sua vez, relaciona-se com a lógica modal da *obrigação* e da *permissão*. Por um lado, a necessidade lógica e epistêmica lida com a verdade das proposições, e a modalidade *deôntica*, por outro, ocupa-se da necessidade ou da possibilidade de ações tendo em vista a responsabilidade moral (LYONS, 1977b). “Uma proposição *p* é obrigatória se não é permitido que *p*, e é permitida se não é obrigatório que *p*” (NEVES, 2006, p. 160). Neste enunciado, por exemplo, vemos uma *possibilidade deôntica*: *Depois de terminar as tarefas escolares, você pode jogar videogame*. Neste outro caso, trata-se de uma situação de *necessidade deôntica*: *Você não deve jogar videogame, porque não terminou as tarefas escolares*.

Neves (2006), com base nos estudos de Gossens (1985) e de Perkins (1983), indica o surgimento posterior de outros tipos de modalidade: *bulomaica* (relacionada ao desejo), *temporal*, *avaliativa* (referente a julgamentos), *causal* e *probabilística*.

---

<sup>19</sup> Derivação do termo grego *episteme*, usado para “indicar um tipo de saber que, diferentemente da opinião (*doxa*), é certo, estável e fundamentado, ou seja, dotado de garantias incontrovertidas de validade” (ABBAGNANO, 2012, p. 391, grifo do autor).

<sup>20</sup> Termo proveniente do grego *deon*, que diz respeito ao que é obrigatório (LYONS, 1977b).

## 2.2 CHARLES BALLY: O *MODUS* E O *DICTUM*

Um dos nomes mais expressivos nos estudos de modalidade é Charles Bally, que definiu os conceitos de *modus* e *dictum* como componentes da frase explícita. A inter-relação observada entre esses constituintes tem sido abordada e discutida por diversos estudiosos. Alguns autores vinculam os estudos do linguista à tradição lógica, porém, outros não enxergam essa ligação. Devido à dificuldade em classificar esses estudos em determinada corrente e pela relevância de Bally no que se refere à modalidade, decidi dedicar um subcapítulo somente para sua Teoria.

Considerando a existência do *modus* e do *dictum* como constituintes do enunciado, podemos questionar se este é subdividido em duas partes, sendo uma correspondente a certo conteúdo de natureza objetiva e a outra, um conteúdo de natureza subjetiva. A inter-relação proposta por Bally entre *modus* e *dictum* parece não seguir esse critério. O linguista compreende o *dictum* como a parte relativa ao processo de representação. O *modus* diz respeito à operação do sujeito pensante, materializada na expressão da modalidade, considerada a “alma da frase”, sem a qual não é possível haver frase (BALLY, 1944).

A partir dessas definições, poderíamos, instintivamente, atribuir certa objetividade ao *dictum*, e a subjetividade ficaria a cargo do *modus*. Todavia, essa identificação não se sustenta, uma vez que o *dictum* está associado a uma representação mental. Em sua interpretação referente aos estudos de Bally, Vion (2007) afirma que o *dictum* é vinculado ao falante, já que corresponde a uma construção de seu espírito. A produção de um enunciado pressupõe uma tomada de posição e uma interpretação da parte do locutor. Esse entendimento difere dos pressupostos da tradição lógica, baseados dos valores de verdade (VION, 2007).

Desde esse ponto de vista, não convém atribuir como definição da modalidade a atitude do sujeito falante, uma vez que o próprio *dictum* marca a tomada de posição do locutor (VION, 2007). Em *Linguistique générale et linguistique française*, Bally (1944) vê a subjetividade como integrada ao conteúdo do *dictum*, já que “não há *représentation do pensamento* sem um *sujeito pensante*”<sup>21</sup>. Quanto à modalidade, o linguista a compreende como “a forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito pensante enuncia sobre uma representação de seu espírito”<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Tradução minha de: “il n’y a pas de *représentation pensée* sans un *sujet pensant*” (BALLY, 1944, p. 38, grifos do autor).

<sup>22</sup> Tradução minha de: “la forme linguistique d’un jugement intellectuel, d’un jugement affectif ou d’une volonté qu’un sujet pensant énonce à propos d’une représentation de son esprit” (BALLY, p. 3, 1942).

Um exemplo claro disso é a representação da chuva, cuja ideia ou visão pode provocar uma crença, uma apreensão ou um desejo (BALLY, 1942). A expressão da modalidade se manifesta por meio de um *verbo modal* e de um *sujeito modal*, os quais compõem o *modus* (BALLY, 1944). Assim, na construção “eu acredito que chove”, temos um *sujeito modal* (“eu”) e um *verbo modal* (“acredito”). O conteúdo do *dictum*, nesse caso, corresponde à ideia de chuva. A “crença implica o objeto de crença, e vice-versa: não há objeto de crença sem o próprio ato de crer: o *modus* e o *dictum* são complementares um do outro”<sup>23</sup>.

Neste ponto de vista teórico, há dois tipos da modalidade: a *explícita* e a *implícita*. A modalidade *explícita* ocorre quando o sujeito da enunciação é também o sujeito da frase. Em contrapartida, o *verbo modal* é diferente do *verbo dictal*, o qual exprime a ideia. No exemplo anterior, “eu” é ao mesmo tempo sujeito da enunciação e sujeito da frase. Entretanto, há dois verbos diferentes, sendo “acredito” o modal e “chove” o dictal. A modalidade é *implícita* quando o sujeito da enunciação não está visível na frase e a modalidade é expressa por meio da estrutura sintática do *dictum*. Geralmente, nesse caso, fica a cargo do modo verbal a expressão da modalidade, como é o caso de: “vai chover” ou “deixe chover” (BALLY, 1942).

## 2.3 PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS

A investigação da modalidade tem espaço também na Linguística da Enunciação, nos estudos de Émile Benveniste e de Antoine Culioli. Outra perspectiva considerada como enunciativa por Vion (2007) é a de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, presente no *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (2002).

### 2.3.1 Émile Benveniste

#### 2.3.1.1 A “auxiliação de modalidade”

Para Benveniste (1989, p. 192), a modalidade é “uma asserção complementar referente ao enunciado de uma relação”. Ele distingue a concepção lógica da linguística ao afirmar que a primeira compreende a *possibilidade*, a *impossibilidade* e a *necessidade*, ao passo que a

---

<sup>23</sup> Tradução minha de: “croyance implique objet de croyance, et vice versa: il n’y a pas d’objet de croyance sans l’acte même de croire : le modus et le dictum sont complémentaires l’un de l’autre” (BALLY, 1944, p. 38).

segunda resume-se à *possibilidade* e à *necessidade*, uma vez que a *impossibilidade* é apenas uma negação da *possibilidade* (BENVENISTE, 1989).

Assim, o linguista sinaliza os principais verbos auxiliares indicadores de modalidade, os “modalizantes por excelência”: *pouvoir* (poder) e *devoir* (dever). Todavia, ele logo anuncia outros verbos que, empregados também como auxiliares, funcionam como modalizantes: *aller* (ir), *vouloir* (querer), *falloir* (ter de/precisar de), *désirer* (desejar), *espérer* (esperar). Para o autor, a estrutura da “auxiliação de modalidade” é formada por dois termos, sendo o primeiro empregado na forma flexionada – o auxiliante – e o segundo – o auxiliado –, na forma de infinitivo, como se observa em “Ele pode chegar” ou em “Eu devo sair” (BENVENISTE, 1989, p. 193).

### 2.3.1.2 O aparelho de funções

O enunciador, para Benveniste (1989), tem a sua disposição um *aparelho de funções* previstos no sistema linguístico para fazer uso e, com isso, influenciar o comportamento do alocutário de determinada maneira. Assim, nesse entendimento, os enunciados são construídos com o objetivo de suscitar uma reação.

Em primeiro lugar, o linguista cita a *interrogação*, uma enunciação que demanda uma resposta do interlocutor. Nesse caso, estão envolvidos tanto elementos constituintes da forma linguística quanto aspectos da situação enunciativa – a entonação, por exemplo (BENVENISTE, 1989).

A segunda função citada pelo linguista é a *intimação*, concretizada por meio de ordens ou apelos estabelecidos pelo uso do vocativo ou de verbos no modo imperativo. Devido às características expostas, tal função requer uma interação imediata entre enunciador e alocutário, uma vez que o tempo da enunciação é um fator determinante nesse processo (BENVENISTE, 1989).

A terceira e última função é a *asserção*, cujo propósito é manifestar uma certeza, por meio de proposições positivas ou negativas. Por essa razão, a *asserção* “é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

Há também os tipos de modalidade formais, os quais se organizam “de maneira menos categorizável”. Dentre eles, estão os modos verbais, que expressam as atitudes do locutor; e os elementos linguísticos relativos à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”), indicando incerteza, possibilidade, indecisão, entre outros. (BENVENISTE, 1989, p. 87).

### 2.3.2 Antoine Culioli

Antoine Culioli define *enunciação* como “modo de constituição dos enunciados pelo qual se dá a construção do sentido” (FLORES et al., 2009, p. 103). Assim, o foco não está no sujeito que enuncia, e sim como o enunciado é constituído. Em relação ao objeto de pesquisa, Culioli (1985) distingue quatro tipos de modalidade; são elas:

- a) modalidade 1: inclui a asserção (afirmativa ou negativa), a interrogação e a injunção;
- b) modalidade 2: estabelece um valor *quantitativo* em relação à certeza de uma asserção. Parte-se de um valor central que será o verdadeiro, como no exemplo exposto pelo autor *il est venu* (“ele chegou”). Com isso, avalia-se as chances de validar a asserção por meio da probabilidade, possibilidade e necessidade. Se, em vez do enunciado citado, é proferida uma suposição, como *il doit être venu* (“ele deve ter vindo”), a certeza é enfraquecida;
- c) modalidade 3: é apreciativa e, ao contrário da anterior, indica uma avaliação *qualitativa* (“é bom que...”, “é interessante que...”, “é impróprio que...”);
- d) modalidade 4: intersubjetiva por natureza, refere-se ao desejo, à vontade, à coerção, à influência exercida sobre o outro. Se eu disser, por exemplo, *não entendi o que você disse*, levo o meu interlocutor a entender o enunciado como uma solicitação para que ele repita o que fora dito.

### 2.3.3 Charaudeau e Maingueneau

No *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, produzido por Charaudeau e Maingueneau (2002), os conceitos de *modalização* e *modalidade* são definidos em verbetes separados, embora sejam postos em relação de certa forma.

Para os autores, a *modalização* é uma das dimensões da enunciação e “designa a *atitude* do sujeito falante em relação ao seu próprio enunciado, atitude que deixa *vestígios* de vários tipos (morfemas, prosódia, expressões faciais...). Muitos desses vestígios são unidades discretas, enquanto a modalização é um processo contínuo<sup>24</sup>”.

---

<sup>24</sup> Tradução minha de: “désigne l'*attitude* du sujet parlant à l'égard de son propre énoncé, attitude qui y laisse des traces de divers ordres (morphèmes, prosodie, mimiques...) Beaucoup de ces *traces* sont des unités discrètes, alors que la modalisation est un processus continu” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 382, grifos dos autores).

Segundo Charaudeau (1992, p. 572 *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2002, p. 382-382), a *modalização* constitui-se o pivô da enunciação, pois ela “permite explicitar quais são as *posições do sujeito falante* em relação ao seu interlocutor, a ele mesmo e ao seu discurso<sup>25</sup>”.

No que se refere à *modalidade*, os linguistas destacam, baseados em Coquet (1976), que a Linguística e a Semiótica, ao contrário da Lógica, não levam em conta a verdade ou a realidade dos fatos. “As modalidades são facetas de um processo mais geral de **modalização**, de atribuição de modalidades ao enunciado, pelo qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude a respeito do destinatário e do conteúdo de seu enunciado”<sup>26</sup>.

## 2.4 OUTRAS PERSPECTIVAS

### 2.4.1 Gramaticais

As gramáticas também têm exposto diferentes pontos de vista sobre as modalidades, como se pode observar em estudos franceses. Monte (2011) cita, por exemplo, *La grammaire d'aujourd'hui* (1986), que distingue as modalidades lógicas – aléticas, epistêmicas e deônticas – das modalidades de frase – asserção, interrogação, exclamação, entre outras; *Grammaire méthodique du français* (1996), que separa as modalidades de enunciação – declarativa, injuntiva ou interrogativa – das modalidades do enunciado, as quais indicam a atitude do locutor diante do conteúdo do enunciado; *Grammaire du sens et de l'expression*, de Patrick Charaudeau, que expõe três tipos de modalidade: alocutiva (locutor em relação ao interlocutor), elocutiva (locutor em relação a si mesmo) e delocutiva (locutor em relação à proposição).

No Brasil, *A Gramática de Usos do Português* (2000), de Maria Helena de Moura Neves, registra alguns empregos de verbos, advérbios e adjetivos com função modalizadora. A autora recorre às categorias lógicas, principalmente *epistêmica* e *deôntica*, para classificar esses usos.

Os *verbos modalizadores* indicam, basicamente, a) *necessidade epistêmica*: “Entendo que uma escola moderna DEVE ser eminentemente educativa, onde a fraternidade DEVE ser o

<sup>25</sup> Tradução minha de: “la modalisation ne constitue qu'une partie du phénomène de l'énonciation, mais elle en constitue le pivot dans la mesure où c'est elle qui permet d'expliciter ce que sont les *positions du sujet parlant* par rapport à son interlocuteur, à lui-même et à son propos” (Charaudeau, 1992, p. 572 *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2002, p. 382-382, grifo dos autores).

<sup>26</sup> Tradução minha de: “Les modalités sont des facettes d'un processus plus général de **modalisation**, d'affectation de modalités à l'énoncé, par lequel l'énonciateur, dans sa parole même, exprime une attitude à l'égard du destinataire et du contenu de son énoncé” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 384, grifo dos autores).

meio e o amor DEVE ser o fim”<sup>27</sup> (NEVES, 2000, p. 62); b) *possibilidade epistêmica*: “Carlos DEVE ter vindo” (NEVES, 2000, p. 62); c) *necessidade deôntica* (obrigatoriedade): “E era o ajuste que não PODIA demorar muito” (NEVES, 2000, p. 62) ou d) *possibilidade deôntica* (permissão): “Se você é livre, PODE fazer o que quiser” (NEVES, 2000, p. 62), as quais se manifestam por meio de verbos como *poder, dever, precisar e ter de/que*. Os verbos podem, também, exprimir *modalidade habilitativa* (capacidade): “O bonde PODE andar até a velocidade de nove pontos” (NEVES, 2000, p. 62) ou *volitiva*: “E QUERO que peça perdão, por mim, a padre Luís” (NEVES, 2000, p. 63).

Os *advérbios modalizadores* fazem parte da subclasse dos *advérbios modificadores*, os quais são assim definidos por afetarem “o significado do elemento sobre o qual incidem, fazendo uma **predicação** sobre as propriedades desses elementos, isto é, modificando-os” (NEVES, 2000, p. 236, grifo da autora). Para Neves (2000), os advérbios que modalizam o conteúdo de uma asserção podem ser classificados em:

a) *epistêmicos* ou *asseverativos* (indicadores de crença, opinião, expectativa), como em “Mas, CERTAMENTE, não era o seu desejo”;

b) *delimitadores* ou *circunscritores* (delimitadores do ponto de vista a partir do qual a verdade de uma asserção é validada), como em “O ferro já está QUASE afiado”;

c) *deônticos* (indicadores de uma necessidade obrigatória), como em “Trem parador, desses que devem parar OBRIGATORIAMENTE em todas as estações”; e

d) *afetivos* ou *atitudinais* (indicadores de um estado de espírito do falante a respeito do conteúdo da asserção), como em “FRANCAMENTE, comissário, o senhor me deixa confusa” (NEVES, 2000, p. 237-238).

A autora considera os *adjetivos de modalização* como *qualificadores* capazes de expressar *modalização epistêmica*, que pode ser de *certeza/asseveração*<sup>28</sup> ou de *eventualidade*<sup>29</sup> ou *modalização deôntica*<sup>30</sup>. Considero também relevante mencionar os *adjetivos de atenuação*, pois, embora estejam categorizados como adjetivos de *avaliação*, e não de *modalização*, o conceito de *atenuação* é significativo neste trabalho e será abordado a partir de outras teorias. Nessa categoria, o adjetivo *relativo(a)* é referido demonstrando seu sentido atenuador, como em: “É verdade que o Banco Central interveio, mas a RELATIVA estabilidade se deu mesmo devido ao fato de que não há prenúncios de uma crise maior” (NEVES, 2000, p. 191).

<sup>27</sup> Os exemplos expostos no parágrafo e os outros que aparecerão neste subcapítulo foram retirados de outras obras pela autora.

<sup>28</sup> “É EVIDENTE que não tendes nenhuma pretensão à santidade” (NEVES, 2000, p. 188).

<sup>29</sup> “É PROVÁVEL que nunca mais nos vejamos nestas terras” (NEVES, 2000, p. 188).

<sup>30</sup> “O ensino primário é OBRIGATÓRIO” (NEVES, 2000, p. 189).

### 2.4.2 Saint-Pierre

Para Saint-Pierre (1991), a *modalização* é definida como uma tomada de controle pelo falante do conteúdo do seu enunciado e pode se manifestar por meio de modalizadores como *talvez, certamente, eu acho que, parece*, entre outros. Tais modalizadores “indicam que o enunciado não é totalmente assumido ou que a asserção é limitada e uma certa relação entre o sujeito e seu discurso<sup>31</sup>”. A autora destaca também outra dimensão da modalização, a qual consiste na consideração, da parte do locutor ao produzir o seu enunciado, das necessidades e resistências possíveis do alocutário (SAINT-PIERRE, 1991).

Ainda com base nesse autor, a modalização implica modificações no enunciado por meio de três operações: restringindo o modo de realização do ato, acrescentando novas condições de sinceridade ou aumentando/diminuindo o grau de potência. Variando-se o grau de potência das condições de sinceridade e/ou do propósito ilocutório, por meio da entonação e de determinados advérbios, é possível elevar ou atenuar o nível de certeza de uma asserção ou alterar o caráter de obrigação de uma solicitação. Os advérbios modais provocam uma significativa diferença de sentido, se compararmos enunciados como *Claro que ele está doente* e *Ele está doente*. O primeiro enunciado revela a intenção do locutor de convencer sobre a verdade da asserção, tornando o seu nível de potência muito mais forte do que o do segundo enunciado (SAINT-PIERRE, 1991 *apud* VANDERVEKEN, 1988).

Os recursos linguísticos que exprimem essas modificações são os *modalizadores*, os quais podem ser de dois tipos: *atenuadores* ou *amplificadores*.

O *atenuador* é qualquer elemento linguístico, prosódico ou discursivo usado para marcar uma *incerteza ou menor grau de certeza ou obrigação do locutor* (L) em relação ao conteúdo proposicional do enunciado. O *amplificador* é qualquer elemento linguístico, prosódico ou discursivo que serve para marcar um *maior grau de certeza ou de obrigação do locutor* em relação ao conteúdo proposicional do enunciado.<sup>32</sup>

Saint-Pierre (1991) divide os modalizadores em três grandes classes: *marcadores prosódicos, marcadores morfológicos e sintáticos e marcadores discursivos*. Dentre os

<sup>31</sup> Tradução minha de: “indiquent que l'énoncé n'est pas entièrement assumé ou que l'assertion est limitée à une certaine relation entre le sujet et son discours” (SAINT-PIERRE, 1991, p. 224 *apud* DUBOIS *et al.*, 1973, p. 319).

<sup>32</sup> Tradução minha de: “L'atténuateur est tout élément linguistique, prosodique ou discursif servant à marquer une incertitude ou degré de certitude ou d'obligation moindre du locuteur (L) relativement au contenu propositionnel de l'énoncé. L'amplificateur est tout élément linguistique, prosodique ou discursif servant à marquer un plus grand degré de certitude ou d'obligation du locuteur relativement au contenu propositionnel de l'énoncé” (SAINT-PIERRE, 1991, p. 226, grifos da autora).



*marcadores prosódicos*, destacam-se a entonação e a qualidade da voz (volume, modulações etc.). Nos *marcadores morfológicos e sintáticos* estão incluídos os auxiliares de modo, locuções de intensidade, modalidade impessoal e a evidência de certos termos no enunciado (por meio do deslocamento do sujeito ou do objeto, por exemplo). Os *modalizadores discursivos* abrangem a extensão da frase, a repetição, o discurso relatado (a partir das palavras de outro locutor), as fórmulas de polidez (como “por favor”) e o ato de fala indireto<sup>33</sup> (SAINT-PIERRE, 1991).

### 2.4.3 Pragmáticas

A modalização é frequentemente estudada do ponto de vista pragmático, como é o caso da pesquisa que será mencionada neste momento. Nesta seção, será abordado o conceito de *atenuação*, que aparecerá novamente no capítulo seguinte. Tal separação foi feita em função dos pontos de vista distintos em relação ao conceito.

Briz (2013) compreende os modalizadores como marcadores de atenuação. Inicialmente, buscarei entender o que é *atenuação* e o que são os *modalizadores*. Segundo o autor, a atenuação é uma categoria pragmática, já que ela diz respeito às estratégias e táticas empregadas no contexto interacional, isto é, extradiscursivo, de acordo com os objetivos da interação.

É uma *estratégia*, uma vez que se atenua, argumentativamente falando, para conseguir o acordo ou a aceitação do outro (inclusive, quando seja esta apenas uma aceitação social). Logo, é um *mecanismo retórico* para convencer, conseguir um benefício, persuadir e, ao mesmo tempo, para cuidar das relações interpessoais e sociais ou evitar que estas sofram algum tipo de menoscabo (BRIZ, 2013, p. 285, grifos do autor).

Destaco dois conceitos nessa colocação: *argumentação* e *retórica*. Esses termos já nos são familiares, tendo em vista que foram abordados no primeiro capítulo, quando comento a distinção entre *argumentação retórica* e *argumentação linguística* de acordo com Ducrot. Assim, vemos que, no ponto de vista que trago agora, a concepção de *argumentação* difere daquela da Semântica Argumentativa, pois considera a atenuação não apenas uma estratégia linguística mas também um mecanismo de convencimento, de persuasão, de preservação das

---

<sup>33</sup> Para Searle (1979), o ato de fala é indireto quando o falante comunica por meio do enunciado a sua intenção sem explicitá-la. Por exemplo, o enunciado “Que frio!” sendo dirigido a alguém que está próximo de uma janela aberta, pode fazer com que esse interlocutor entenda a afirmação como um pedido para fechar a janela.

relações interpessoais. Tais fatores nos levam, ao contrário da Semântica Argumentativa, para uma realidade que está fora da língua.

Briz segue afirmando que “a atenuação é um mecanismo estratégico de *distanciamento linguístico da mensagem* e, por sua vez, de *aproximação social*” (BRIZ, 2013, p. 286, grifos do autor). O locutor distancia-se da mensagem, porque minimiza a força ilocutória<sup>34</sup> e, com isso, aproxima-se social e afetivamente do interlocutor (BRIZ, 2013).

Esse estudo coloca os modalizadores na categoria de *relativização ou indeterminação do que se expressa*. Os recursos linguísticos dessa categoria fazem com que a força argumentativa seja diminuída no que se refere à verdade, à certeza, ao grau de conhecimento ou ao compromisso do falante em relação àquilo que é dito (BRIZ, 2013). São recursos relativizadores, de acordo com o autor:

- a) alguns verbos indicadores de valores modais epistêmicos (*pensar, crer* etc.);
- b) modificações de verbos nas formas temporais ou modais (futuro do pretérito, imperfeito do indicativo ou do subjuntivo);
- c) modalizadores como “em minha opinião”, “em princípio”, “certamente” etc.;
- d) orações causais (“*como não conseguimos contato pessoalmente, enviei uma mensagem por escrito*”), temporais (“*quando estiver se sentindo melhor, venha conhecer minha nova casa*”), condicionais (“*se não for incômodo, gostaria de lhe pedir...*”), concessivas (“*não quero incomodar, mas...*”);
- e) reformulações (“*você está errado; na verdade, não tem totalmente razão*”);
- f) construções indiretas (“*por acaso você teria algum cigarro?*”);
- g) uso do diminutivo (“*surgiu um probleminha*”);
- h) quantificadores (*mais ou menos, aproximadamente*);
- i) formas dêiticas (*por aí, algo assim*); e
- j) eufemismos (“*ele partiu dessa para melhor*”).

O autor faz uma relação entre o uso desses recursos e o nível de coloquialidade ou formalidade. Em geral, situações de formalidade exigem um cuidado maior com a linguagem e com o zelo pela imagem de si e do outro. Isso faz com que nos afastemos mais da mensagem, empregando com maior frequência as estratégias e táticas de atenuação. Em contrapartida, contextos informais, de coloquialidade, dispensam o excesso de atenuação (BRIZ, 2013).

---

<sup>34</sup> A *força ilocutória* – ou *força ilocucionária* – da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1990, p. 89), refere-se ao emprego de certas palavras que constituem *atos ilocucionários*, ou seja, “a realização de um ato ao dizer algo”, como determinados enunciados que têm a “força” de uma pergunta, por exemplo.

## 2.5 MODALIZAÇÃO E ATENUAÇÃO

Em situações em que aplicamos uma linguagem mais polida, usamos com frequência certos tempos verbais, como o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo. É muito provável que construções como estas soem familiares à grande parte dos falantes: *eu queria um copo d'água; você poderia me emprestar uma caneta?; você teria algum horário disponível para me atender?*.

Buscamos nos tempos verbais formas de dizer ou de solicitar o que queremos de um jeito que não pareça muito invasivo. Em outras palavras, recorremos a uma estratégia linguística denominada *atenuação*. Linguisticamente, *atenuar* faz referência ao ato de “diminuir a violência ou a força daquilo que é dito”<sup>35</sup>. De acordo com Foullieux e Felipe (2004), o enunciado atenuado parece inofensivo, já que preserva a imagem do locutor de uma maneira positiva e faz com que o interlocutor não se sinta agredido. Embora as intenções não fiquem totalmente evidentes, o enunciado não deixa de obter o efeito pretendido pelo locutor.

O locutor atenua seu enunciado levando em conta o outro, seja pela existência de certa hierarquia social, seja pela sensibilidade do interlocutor, ou então pelo nível de pressão que este demonstra disposto a suportar (FOULLIOUX; FELIPE, 2004). Os autores citados comprovam em sua pesquisa que a atenuação deixa marcas específicas no enunciado, sendo que tais marcas referem-se a determinados tempos verbais e são analisadas do ponto de vista da *realidade do locutor*.

Mas qual seria essa *realidade*? Desde essa perspectiva, a realidade é o *agora*, o momento da enunciação. Tudo o que não se refere ao *agora*, isto é, tudo o que é anterior ou posterior à enunciação, é compreendido como *desatualizado*. Isso ocorre com o futuro e o imperfeito do indicativo, o subjuntivo e o condicional (correspondente na Língua Portuguesa ao futuro do pretérito do indicativo), uma vez que o processo é visto como dissociado do *agora*, da realidade. Por essa razão, ele pode ser chamado também de *desrealizado* (FOULLIOUX; FELIPE, 2004).

Os autores afirmam a existência de um *ponto de vista subjacente* (PVSJ) no presente do indicativo, o qual conduz a uma conclusão, quando o enunciado exprime um processo atual, embora soe desrealizado ou desatualizado. No estudo, é citado um enunciado em francês e em espanhol<sup>36</sup> que corresponde a: *eu tinha um favor para lhe pedir*. O PVSJ, no presente do

<sup>35</sup> Tradução minha de: “on atténue afin d’amoinrir la violence ou la force de ce qui est dit” (FOULLIOUX; FELIPE, 2004, p. 114).

<sup>36</sup> Tradução minha de: “J’avais un service à te demander. Tenía que pedirte un favor.” (FOULLIOUX; FELIPE, 2004, p. 116).

indicativo, seria, portanto: *eu tenho um favor para lhe pedir*. Por consequência, teríamos como conclusão: *faça-me um favor*. O primeiro enunciado (de superfície) é visto como uma versão atenuada da versão apontada como ponto de vista subjacente (FOULLIOUX; FELIPE, 2004).

Assim, o locutor distancia-se do PVSJ, evitando transmitir agressividade ao produzir um enunciado em um tom imperativo e, portanto, protegendo sua imagem de uma projeção negativa perante o interlocutor. Por essa razão, só se pode atribuir ao locutor a responsabilidade pelo enunciado de superfície, e não pela conclusão a que se chega.

## 2.6 MODIFICADORES REALIZANTES E DESREALIZANTES

Ducrot (1998) denomina os substantivos e os verbos como *predicados* e os adjetivos e advérbios como *modificadores*, os quais determinam os predicados, diminuindo ou intensificando o valor argumentativo destes. São chamados *modificadores realizantes* (MR) os que aumentam a força argumentativa e *modificadores desrealizantes* (MD) os que diminuem essa força.

De acordo com o semanticista, denomina-se como MD um termo X em relação a um predicado Y somente quando é formado um sintagma XY que não seja contraditório e que tenha uma força argumentativa inferior à de X isoladamente. Se a força argumentativa de XY for superior à de X, Y é um MR (DUCROT, 1998).

Trago alguns exemplos, a fim de demonstrar essas relações de forma concreta. Podemos pensar na relação entre o substantivo *incêndio* (X) e o adjetivo *controlado* (Y) construída no discurso a seguir: *está acontecendo um incêndio (X) na casa ao lado, mas ele está controlado (Y)*. Verificamos que a orientação argumentativa de XY, nesse caso, é inferior à força de X, uma vez que a gravidade que o sentido de *incêndio* carrega é atenuada por meio do adjetivo *controlado*, o qual assume, pela razão indicada, o papel de modificador desrealizante. O mesmo ocorre neste exemplo de sintagma exposto por Ducrot (1998): *existe um problema (X), porém fácil (Y)*.

De modo distinto ocorre a relação entre os termos no sintagma *problema difícil*. Aqui, o adjetivo funciona como modificador realizante, tendo em vista que a força argumentativa desse sintagma é maior do que o predicado isoladamente. Outro exemplo de modificador realizante pode ser a função do advérbio no enunciado *ele assistiu à aula atentamente*. Vemos que ele não apenas assistiu à aula, como também o fez atentamente. Assim, o advérbio está intensificando o valor argumentativo do verbo *assistir*.

Passamos, neste capítulo, por diversas explicações relacionadas ao fenômeno da modalização ou da modalidade, conceitos que se inter cruzam ou, conforme a teoria abordada, até mesmo se confundem. Iniciamos o percurso pela lógica aristotélica que deu origem à lógica modal; destacamos a interdependência das noções de *modus e dictum*; mencionamos a função intersubjetiva da modalização por meio das perspectivas enunciativas; abordamos os modalizadores pelo viés das categorias gramaticais; conhecemos os conceitos de modalizadores atenuadores e amplificadores de Saint-Pierre; analisamos o fenômeno do ponto de vista retórico e pragmático; avaliamos o valor atenuador de certos tempos verbais e, por fim, verificamos que certos itens lexicais atuam como modificadores de predicados.

Ainda assim, não foi possível dar conta da multiplicidade de enfoques existentes e nem da complexidade dos enfoques contemplados. Tive noção da grandeza dessa multiplicidade durante o processo de pesquisa dos referenciais. Além disso, foi preciso enfrentar a barreira de idiomas estrangeiros, uma vez que a maior parte dos estudos de modalidade ou modalização concentram-se fora do território nacional. Por essa razão, apesar dos esforços aplicados para acessar os materiais originais, alguns destes são inacessíveis<sup>37</sup> e sua citação só foi possível mediante *apud*.

A despeito desses entraves, foi contemplada uma variedade de estudos relevantes para a Linguística. Por meio deles, vemos uma evolução da compreensão do fenômeno linguístico em questão que se estende por diferentes caminhos. Mesmo em propostas diferentes, vários desses estudos compartilham a ideia de atenuação vinculada à modalização, o que de certa forma tem a ver com a noção de *modificador (des)realizante*, a qual, devido à compatibilidade teórica, sustenta as análises polifônicas do capítulo seguinte.

---

<sup>37</sup> Não considero os materiais inacessíveis em função do idioma e sim da disponibilidade física ou digital, seja ela via empréstimo ou aquisição.

### 3 MODALIZAÇÃO E POLIFONIA

As análises polifônicas deste capítulo organizam-se conforme as categorias semânticas e fenômenos presentes na seção *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, do livro *O dizer e o dito*. São elas: a asserção, a negação, a pressuposição, a ironia, o humor e a pergunta.

#### 3.1 ASSERÇÃO

Uma *asserção* pode ser uma declaração afirmativa ou negativa. Exponho a seguir a primeira análise polifônica deste trabalho, com vistas à modalização. Trata-se de um discurso, uma vez que se constitui de mais de um enunciado. Por essa razão, será desmembrado em enunciado E(1) e enunciado E(2) para possibilitar a análise. Considerando, assim, o discurso D(1):

D(1) *a demissão do servidor foi por cautela e talvez tenha sido apressada*<sup>38</sup>

O primeiro enunciado de D(1) que avistamos é este:

E(1): *a demissão do servidor foi por cautela*

Nesse enunciado, destaco a existência de dois pontos de vista, ou enunciadores E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>:

E<sub>1</sub>: *um servidor foi demitido*

E<sub>2</sub>: *a demissão do servidor foi por cautela*

Aproveito para lembrar as três atitudes que o locutor pode assumir diante dos diferentes enunciadores presentes: ele pode *aceitar*, *recusar* ou *assumir* cada um dos pontos de vista. Em relação aos enunciadores E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>, nesse caso, podemos dizer que:

L: aceita E<sub>1</sub>

L: assume E<sub>2</sub>

---

<sup>38</sup> Fala do senador Marcos Rogério (DEM-RO) em entrevista à CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/demissao-de-servidor-foi-por-cautela-e-talvez-tenha-sido-apressada-diz-senador/>. Acesso em: 13 out. 2021. (Adaptado).

Visto que se afirma que *a demissão do servidor foi por cautela*, é preciso aceitar o ponto de vista que diz que *um servidor foi demitido*. Não verifiquei nenhum enunciador recusado nesse primeiro enunciado, mas no seguinte identifiquei a existência de um. O segundo e último enunciado de D(1) pode ser elaborado da seguinte forma:

E(2): *talvez a demissão do servidor tenha sido apressada*

Podemos destacar três enunciadores presentes em E(2):

E<sub>1</sub>: *um servidor foi demitido*

E<sub>2</sub>: *a demissão do servidor foi apressada*

E<sub>3</sub>: *não há certeza de que a demissão do servidor tenha sido apressada*

Para cada enunciador, o locutor toma uma atitude diferente, como podemos observar:

L: aceita E<sub>1</sub>

L: recusa E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

Embora E(2) declare a possibilidade de uma ação apressada, esta não está sendo garantida pelo locutor, que recusa o enunciador E<sub>2</sub> convicto do fato e assume o ponto de vista de incerteza de E<sub>3</sub>. Isso é evidente devido ao emprego do advérbio *talvez*, o qual pode ser compreendido como um *modificador desrealizante* (MD), que atua no enunciado inteiro, ou seja, no fato de a demissão ter sido apressada. O modificador desrealiza a ação, investindo em uma orientação argumentativa inferior àquela referente à pressa e pondo em dúvida esse acontecimento.

Ducrot (1987) descreve o conceito de *autoridade polifônica* com base nos termos *parecer* e *talvez*. Ele afirma que, embora uma asserção *P* não seja assumida pelo locutor, ela pode ser um ponto de partida para implicar uma outra asserção *Q*. Suponhamos que E(2) seja a nossa proposição *P*, a qual implica esta proposição *Q*: *a empresa não possui recursos para contratar um novo servidor neste momento*. Apesar de o locutor não assumir o fato de a demissão ter sido apressada, devido ao emprego do *talvez*, o enunciador de *P* desempenha um papel de autoridade, visto que sua asserção é suficiente para que o locutor torne-se enunciador

de  $Q$ . Dessa forma, “a verdade de  $P$  implica ou torna provável a de  $Q$ ”, aparecendo como “um argumento efetivamente utilizável em favor de  $Q$ ” (DUCROT, 1987, p. 146).

Vejamos outro exemplo com emprego de advérbio; desta vez, com o vocábulo *praticamente*:

E(1) *está praticamente decidido que o 13º salário será adiantado*

Os enunciadores identificados em E(1) são:

E<sub>1</sub>: *o 13º salário será concedido*

E<sub>2</sub>: *o 13º salário será concedido antes do previsto*

E<sub>3</sub>: *está decidido que o 13º salário será adiantado*

E<sub>4</sub>: *está praticamente decidido que o 13º salário será adiantado*

As atitudes do locutor diante de tais enunciadores podem ser compreendidas como:

L: aceita E<sub>1</sub>

L: recusa E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>

L: assume E<sub>4</sub>

Nesse caso, podemos ver que, para afirmar a possibilidade do adiantamento do 13º salário, é preciso aceitar que este será concedido. Contudo, o locutor recusa os enunciadores que garantem o adiantamento referido e assume uma postura de incerteza. O advérbio *praticamente* expressa a escolha do locutor de não assegurar a ação, ao mesmo tempo em que demonstra otimismo: ainda não houve uma decisão legítima, mas existe uma expectativa positiva. Portanto, o termo tem a função de *modificador realizante* (MR), na medida em que intensifica a força argumentativa da decisão.

São muitos os advérbios que atuam como modalizadores e existem estudos que tratam especificamente sobre isso, como é o caso de Castilho e Castilho (2002) e Araújo (2016). No entanto, a modalização não se restringe a apenas uma classe gramatical. Veremos ao longo das análises que há diversas formas de modalizar o discurso. No caso a seguir, um pronome indefinido e um verbo são responsáveis por modificar significativamente o sentido do enunciado:



E(2) *há certo consenso de que as vacinas parecem proteger de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*<sup>39</sup>

São estes os enunciadores evocados em E(2):

E<sub>1</sub>: *existem vacinas*

E<sub>2</sub>: *as vacinas protegem indivíduos*

E<sub>3</sub>: *há diferentes graus de eficácia na proteção que as vacinas fornecem aos indivíduos*

E<sub>4</sub>: *as vacinas protegem indivíduos de forma eficaz*

E<sub>5</sub>: *as vacinas protegem indivíduos de forma muito eficaz*

E<sub>6</sub>: *as vacinas protegem de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*

E<sub>7</sub>: *as vacinas parecem proteger de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*

E<sub>8</sub>: *há consenso de que as vacinas protegem de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*

E<sub>9</sub>: *há consenso de que as vacinas parecem proteger de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*

E<sub>10</sub>: *há certo consenso de que as vacinas parecem proteger de forma muito eficaz um número considerável de indivíduos*

As atitudes do locutor diante desses enunciadores podem ser descritas como:

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>

L: recusa E<sub>4</sub>, E<sub>5</sub>, E<sub>6</sub>, E<sub>7</sub>, E<sub>8</sub>, E<sub>9</sub>

L: assume E<sub>10</sub>

Por meio dos enunciadores E<sub>6</sub> e E<sub>8</sub>, principalmente, vemos possibilidades de enunciados que mostrariam informações pressupostas de uma forma mais “pura”, ou seja, sem tantas voltas feitas pelo locutor para não assumir tais colocações<sup>40</sup>. São diversos os desvios feitos pelo locutor para não dizer o que pretende de forma direta.

<sup>39</sup> Trecho retirado de uma matéria da BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55849787>. Acesso em: 13 out. 2021.

<sup>40</sup> Considero possibilidades de enunciado menos modalizadas do que o enunciado original, embora haja elementos como *muito* e *considerável* que expressam um ponto de vista pessoal, além do verbo *haver*, que marca a

Inicialmente, chamo a atenção para a impessoalidade do verbo *haver*: não sabemos quem foram os sujeitos que discutiram a eficácia da vacina para chegar ao suposto consenso. Em segundo lugar, não há um consenso, tanto que o enunciador que afirma a existência deste é recusado; há, em vez disso, um *certo* consenso, o que muda completamente a orientação argumentativa do enunciado, já que o adjetivo deixa-nos em dúvida sobre a legitimidade desse consenso. Em terceiro lugar, o verbo *parecer*, que será melhor explorado na sequência, modifica o sentido de *proteger*, demonstrando incerteza sobre tal proteção. Em quarto lugar, o emprego de um MR – *muito* – aponta para outra direção que já não é mais a de atenuar uma informação. O mesmo pode-se dizer sobre o termo *considerável*, que amplifica a abrangência do público contemplado pela eficácia das vacinas.

Em geral, quando se fala em verbos relacionados à modalidade ou modalização, os mais citados são *poder* e *dever*, que são amplamente estudados principalmente pelas perspectivas lógicas. Todavia, existe uma riqueza muito grande de vocábulos dessa classe gramatical que são empregados com função modalizadora, como é o caso de *parecer* e o de outros verbos que aparecerão adiante.

Trago outro contexto linguístico com o uso do verbo *parecer* por meio de E(3), imediatamente seguido pelos enunciadores e pelas tomadas de posição pelo locutor:

E(3) *parece que o filme não agradou a todos*

E<sub>1</sub>: *há um filme*

E<sub>2</sub>: *pessoas assistiram ao filme*

E<sub>3</sub>: *o filme agradou a todos*

E<sub>4</sub>: *o filme não agradou a todos*

E<sub>5</sub>: *parece que o filme não agradou a todos*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>4</sub>

L: recusa E<sub>3</sub>

L: assume E<sub>5</sub>

Assim como na situação precedente, o verbo *parecer*, em E(3), expressa uma percepção por parte do locutor que não está absolutamente clara para ele, revelando, assim, uma

---

impessoalidade. Ainda assim, em comparação com E(2), os enunciadores citados mostram as informações de forma mais direta.

posição de incerteza. Por isso, pode-se dizer que o verbo está assumindo uma função de MD, pois interfere na ação de não agradar.

Quando Ducrot (1987) constrói o conceito de *autoridade polifônica*, mostra a diferença entre *parece* e outras expressões como *tem gente que diz*, por exemplo. Fazendo a substituição, o enunciado fica assim formulado: *tem gente que diz que o filme não agradou a todos*. Este enunciado garante que há quem assevere que o filme não agradou a todos. Em contrapartida, o mesmo não se pode dizer sobre o enunciado original. Além disso, a construção *parece que* influencia diretamente na atitude do locutor. Na simples asserção *o filme não agradou a todos*, existe uma identificação do locutor com o enunciador dessa asserção. No entanto, em *parece que o filme não agradou a todos*, tal asserção não é assumida pelo locutor, é como se tivesse sido “mostrada” por um “enunciador estranho” (DUCROT, 1987, p. 145).

Em *Les mots du discours*, Ducrot (1980) faz referência novamente à construção *parece que* (em francês, *il paraît que*). Assim como o chamado *condicional*, correspondente na Teoria ao futuro do pretérito<sup>41</sup>, enunciados com esse tipo de construção são comuns na linguagem jornalística, que geralmente demonstra uma tentativa de distanciamento das informações veiculadas.

Destaco agora não um verbo específico, e sim um tempo verbal digno de ser mencionado quando o tema é modalização: o futuro do pretérito do modo indicativo. Veremos a seguir o efeito de sentido provocado em E(4) por meio da construção *eu diria*:

E(4) *a maioria, eu diria, massacrante da população acredita nas urnas eletrônicas*<sup>42</sup>

E<sub>1</sub>: *parte da população acredita nas urnas eletrônicas*

E<sub>2</sub>: *parte da população não acredita nas urnas eletrônicas*

E<sub>3</sub>: *a maior parte da população acredita nas urnas eletrônicas*

E<sub>4</sub>: *a maioria massacrante da população acredita nas urnas eletrônicas*

E<sub>5</sub>: *eu diria que é uma maioria massacrante da população que acredita nas urnas eletrônicas*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>

L: recusa E<sub>4</sub>

<sup>41</sup> Ducrot (1980, p. 46) exemplifica com o enunciado *Le prix du pétrole baisserait prochainement* (“O preço do petróleo cairia em breve”).

<sup>42</sup> Fala do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/moraes-diz-que-voto-impresso-nao-contribui-para-a-democracia>. Acesso em: 13 out. 2021.

L: assume E<sub>5</sub>

Inicialmente, para justificar a existência de E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>, chamo a atenção para o termo *maioria*. Se sabemos que a maioria da população acredita nas urnas eletrônicas, admitimos que existe uma parcela que acredita e outra que não acredita. Essa maioria vem a ser qualificada como *massacrante*, porém, a inserção da expressão *eu diria* altera o efeito de sentido produzido por esse adjetivo. Na verdade, essa expressão não está no mesmo nível do conteúdo do enunciado, pois está diretamente ligada à enunciação, como se fosse um enunciado dentro de outro (um “meta-enunciado”). Em outras palavras, por meio de *eu diria*, o locutor está enunciando uma possibilidade de enunciar. Assim, o enunciado E(4) é comparável a um diálogo como este, que poderia estar inserido em uma narrativa: – *eu diria: “a maioria massacrante da população acredita nas urnas eletrônicas”*.

### 3.2 PRESSUPOSIÇÃO

O pressuposto é no mais das vezes definido em oposição ao subentendido, conceitos com frequência empregados como equivalentes. Todavia, na TAL, existe diferença entre eles. Segundo Ducrot (1987), o pressuposto é apontado como uma evidência, um elemento incontestável do universo discursivo, tanto para o locutor quanto para o interlocutor. Assim, as pressuposições designam “as representações requeridas no ouvinte para que o enunciado se integre a uma comunicação normal” (DUCROT, 1981, p. 24). O posto é o que se afirma e o subentendido, em contrapartida, é o que o enunciado permite que o interlocutor conclua. Pelas razões indicadas, pode-se dizer que os pressupostos estão no domínio da língua, pois se referem ao “componente linguístico – que trata do próprio enunciado, sem considerar suas condições de ocorrência – enquanto os subentendidos seriam previstos por um componente retórico – que leva em conta as circunstâncias da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 21). Assim, no escopo da TAL, o pressuposto está inscrito no próprio sistema linguístico, de modo que, ao dizer X, é impossível não dizer também o pressuposto Y.

Eis um caso de pressuposição:

E(5): *é preciso amar as pessoas como se elas fossem sexta-feira*<sup>43</sup>

E<sub>1</sub>: *é preciso amar as pessoas*

---

<sup>43</sup> Autor desconhecido. Disponível na internet.

E<sub>2</sub>: *peessoas não são sexta-feira*

E<sub>3</sub>: *peessoas não são amadas*

E<sub>4</sub>: *sexta-feira é amada*

E<sub>5</sub>: *é preciso amar as pessoas da mesma forma como se ama a sexta-feira*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>, E<sub>4</sub>

L: recusa

L: assume E<sub>5</sub>

Não posso deixar de mencionar o humor nesse enunciado, embora não esteja especificamente na seção destinada a essa categoria semântica. Um sentimento tão profundo ligado a pessoas e, ao mesmo tempo, a um dia de semana, gera um efeito inusitado e, conseqüentemente, humorístico. Relacionado com essa comparação inesperada, existe o pressuposto, expresso por E<sub>3</sub>, de que a sexta-feira é amada.

Outro ponto a ser destacado nesse caso é a função de MR assumida pelo verbo *precisar*. Ele enfatiza que aquilo que é dito, ou seja, o ato de amar as pessoas, não é feito e que é preciso ser feito.

Trago um segundo exemplo de pressuposição:

E(6): *você poderia fechar a janela?*

E<sub>1</sub>: *há uma janela*

E<sub>2</sub>: *a janela está aberta*

E<sub>3</sub>: *a janela abre e fecha*

E<sub>4</sub>: *alguém quer que a janela seja fechada*

E<sub>5</sub>: *não tenho certeza se você quer fechar a janela*

E<sub>6</sub>: *você poderia fechar a janela?*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>, E<sub>4</sub>, E<sub>5</sub>

L: assume E<sub>6</sub>

Para que um enunciado como esse seja produzido, é preciso que locutor e interlocutor aceitem que existe uma janela e que ela está aberta. A identificação desses pressupostos

independem de circunstâncias extralinguísticas. O mesmo não se pode dizer sobre conjecturas como “Está frio” ou “Estão entrando muitos mosquitos pela janela”.

A fim de verificar concretamente a diferença entre pressuposto e subentendido, proponho a comparação de E(6) com o seguinte enunciado: *você quer fechar a janela?*. Em nosso meio social, ele é convencionalmente aceito como um pedido. Portanto, fica subentendida a solicitação do locutor para que a janela seja fechada. Todavia, linguisticamente, o enunciado é visto apenas como uma pergunta.

### 3.3 IRONIA

A ironia possui a peculiaridade de não ser assumida pelo locutor. “Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador” (DUCROT, 1987, p. 198) que L não assume. Assim, o discurso, considerado absurdo pelo próprio locutor, é emitido como sendo a voz de um “outro”. Trago para exemplificar o enunciado a seguir, seguido de sua análise polifônica.

E(7): *eu quase nunca choro em casamentos*

E<sub>1</sub>: *casamentos são realizados*

E<sub>2</sub>: *já fui a mais de um casamento*

E<sub>3</sub>: *eu já chorei em casamentos*

E<sub>4</sub>: *eu choro em casamentos*

E<sub>5</sub>: *eu nunca choro em casamentos*

E<sub>6</sub>: *eu raramente choro em casamentos*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>, E<sub>3</sub>

L: recusa E<sub>4</sub>, E<sub>5</sub>

L: assume E<sub>6</sub>

Perceber a ironia desse enunciado nos obrigaria a considerar fatores enunciativos, já que apenas o que está dito é insuficiente para que se possa atribuir um tom irônico. Trata-se de uma frase que pode ser repetida em enunciados com sentidos opostos, pois é perfeitamente possível que o locutor assumira E<sub>6</sub> como verdade, mas uma mudança de entonação em um contexto específico pode assinalar uma inverdade, assim como em situações em que o interlocutor é conhecedor o bastante da personalidade do locutor para saber que se trata de uma

ironia. Outra possibilidade indicadora de ironia pode ser uma situação em que o locutor faz referência não a ele, mas a uma terceira pessoa que está se debulhando em lágrimas. Essa especificidade é prevista pela Teoria: “Se L deve marcar que é distinto de E, é de uma maneira totalmente diferente, recorrendo, por exemplo, a uma evidência situacional, a entonações particulares, e também a certos torneios especializados na ironia como ‘Que ótimo!’, etc” (DUCROT, 1987, p. 198). Portanto, analisando-se o que está dito no presente enunciado, pela Teoria da Polifonia, é possível afirmar apenas linguisticamente que L assume E<sub>6</sub>.

É preciso salientar o efeito de sentido acarretado pelo uso das palavras *quase* e *nunca*<sup>44</sup> no exemplo trazido. De acordo com o semanticista,

a presença de certos morfemas (por exemplo, *quase*) em determinadas frases dá a estas últimas uma orientação argumentativa intrínseca, predestinando-as a servir a certos tipos de conclusões em vez de outras – independentemente de possíveis deduções a partir das informações que fornecem<sup>45</sup>.

Embora haja conclusões possíveis para o enunciado como *eu já chorei em casamentos* ou *eu não costumo chorar em casamentos*, as escolhas lexicais apontam para uma orientação argumentativa diferente. Parece que, por meio do vocábulo *nunca*, o locutor faz questão de enfatizar tamanha raridade que é a ocorrência do choro. Ao mesmo tempo, o *quase* que antecede o *nunca* reduz a força argumentativa deste último, podendo ser visto como um modificador realizante.

No diálogo a seguir, ao contrário do enunciado anterior, o estranhamento causado pela ironia é identificável sem a necessidade de realizar conjecturas a respeito do contexto enunciativo. Isso pode explicar uma diferença entre os tipos de ironia, já que algumas possuem um tom crítico, como é o caso de E(7), e outras têm uma característica mais humorística, como se observa neste discurso:

D(2):

- Você parece ser ateu.
- Sim, sou mesmo, graças a Deus.

<sup>44</sup> Ducrot define esses morfemas como *operadores argumentativos*.

<sup>45</sup> Tradução minha de: “la présence de certains morphèmes (par exemple, *presque*) dans certains phrases donne à ces dernières une orientation argumentative intrinsèque, les prédestinant à servir certains types de conclusions plutôt que d’autres – indépendamment des déductions possibles à partir des informations qu’elles apportent” (DUCROT, 1980, p. 27, grifo do autor).

E(1):  *você parece ser ateu*

E<sub>1</sub>:  *você é ateu*

E<sub>2</sub>:  *você não é ateu*

E<sub>3</sub>:  *você parece ser ateu*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

E(2):  *sim, sou mesmo ateu, graças a Deus*

E<sub>1</sub>:  *sou ateu*

E<sub>2</sub>:  *sou mesmo ateu*

E<sub>3</sub>:  *sim, sou mesmo ateu*

E<sub>4</sub>:  *sim, sou mesmo ateu, graças a Deus*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

O verbo *parecer*, no primeiro enunciado, abre duas hipóteses: o interlocutor pode tanto ser quanto não ser ateu. Isso justifica por que o locutor aceita E<sub>1</sub> e E<sub>2</sub>, mesmo que estes sejam enunciadores antagônicos. O intensificador *mesmo*, no segundo enunciado, corrobora o enunciador positivo e constitui-se como uma resposta ao verbo *parecer*. Dificilmente o interlocutor responderia a uma pergunta direta como *você é ateu?* empregando o intensificador, uma vez que as únicas possibilidades de resposta seriam apenas *sim* ou *não*.

No segundo enunciado, vemos também a inviabilidade de o locutor assumir o posto (E<sub>4</sub>). Isso ocorre porque é nesse enunciado que a ironia e o humor estão circunscritos devido à contradição expressa: o locutor admite ser ateu e, em seguida, faz uma referência a Deus.

### 3.4 HUMOR

A essa altura das análises polifônicas, já se pode notar que os fenômenos frequentemente se inter cruzam. Veremos na sequência, por exemplo, como pressuposto e pergunta conectam-se em um mesmo enunciado. De igual forma, em diversos casos, a ironia pode conter uma certa dose de humor, como se observa nos exemplos do tópico anterior.



Humor e ironia possuem um aspecto em comum: o locutor não assume nenhum dos pontos de vista expressos no enunciado, pelo fato de estes conterem informações ridículas ou absurdas. Assim, o humor define-se “como uma forma de ironia que não considera ninguém em particular, no sentido em que o enunciador ridículo não tem identidade especificável” (DUCROT, 1987, p. 200). Por essa razão, uma distância é fixada entre o locutor e o conteúdo do enunciado.

Apresentado como responsável por uma enunciação em que os pontos de vista não são atribuídos a ninguém, o locutor parece então exterior à situação de discurso: definido pela distância que estabelece entre si e sua fala, ele se coloca fora de contexto e adquire uma aparência de desinteresse e desenvoltura (DUCROT, 1987, p. 200).

Para ser definido como humorístico, o enunciado precisa satisfazer a três condições:

1. Entre os pontos de vista representados no enunciado, há pelo menos um que obviamente é absurdo, insustentável (em si mesmo e no contexto).
2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.
3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciador). Entre os enunciados humorísticos chamarei “irônicos” aqueles em que o ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, que se busca ridicularizar<sup>46</sup>.

Trago como exemplo dessa categoria semântica o discurso D(3), seguido dos enunciados que o constituem e da análise polifônica de cada um deles.

D(3) *se o amor está no ar, eu devo ter um problema respiratório*<sup>47</sup>

E(1): *o amor está no ar*<sup>48</sup>

E<sub>1</sub>: *o amor está no ar*

L: assume E<sub>1</sub>

---

<sup>46</sup> Tradução minha de: “1. Entre los puntos de vista representados en el enunciado, por lo menos hay uno que obviamente es absurdo, insostenible (en sí mismo o en el contexto).  
2. El punto de vista absurdo no es atribuido al locutor.  
3. En el enunciado no se expresa ningún punto de vista opuesto al punto de vista absurdo (no es rectificado por ningún enunciador). Entre los enunciados humorísticos llamaré “irónicos” aquellos en que el punto de vista absurdo es atribuido a un personaje determinado, que se busca ridicularizar” (DUCROT, 1990, p. 20-21).

<sup>47</sup> Autor desconhecido. Disponível na internet.

<sup>48</sup> Claramente, há um duplo sentido de *ar* presente nesse discurso. Todavia, essa discussão não será abordada neste trabalho, uma vez que a pesquisa se circunscreve à Teoria da Polifonia. Para discutir esse aspecto, seria necessário apoiar-se em outros âmbitos da Semântica Argumentativa, como, por exemplo, na Argumentação Interna, conceito integrante da *Teoria dos Blocos Semânticos*.

*E(2) devo ter um problema respiratório*

*E<sub>1</sub>: tenho um problema respiratório*

*E<sub>2</sub>: não tenho um problema respiratório*

*E<sub>3</sub>: devo ter um problema respiratório*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

O exemplo acima é transformado em discurso pela relação condicional, expressa por meio do termo *se*, cujo complemento é o vocábulo *então*, que, nesse caso, foi substituído pela vírgula. Outro ponto que merece destaque nesse discurso é o verbo *dever*, que, assim como o *parecer*, em D(2), indica uma hipótese.

### 3.5 NEGAÇÃO

Quando realizamos a análise polifônica de um enunciado negativo, consideramos sempre a sua versão afirmativa como um dos enunciadores.

Proponho descrever qualquer enunciado da forma *não-p* como a realização de dois atos ilocucionários: um é a afirmação de *p* por um enunciador E<sub>1</sub> dirigindo-se a um destinatário D<sub>1</sub>, o outro é a rejeição dessa afirmação, rejeição atribuída a um enunciador E<sub>2</sub> endereçando-se a D<sub>2</sub><sup>49</sup>.

Ducrot destaca, ainda, que, via de regra, o locutor identifica-se com o enunciador que rejeita a afirmação, isto é, o E<sub>2</sub>. Em *O dizer e o dito*, o linguista atualiza esse aspecto da construção teórica, já que não se trata de “atribuir aos enunciadores um ato ilocutório como a afirmação”, e sim compreender os enunciadores como “pontos de vista opostos” (DUCROT, 1987, p. 202). Contudo, mantém-se na Teoria a convicção da presença de atitudes antagônicas – uma positiva e outra que a recusa – nos enunciados negativos. A negação é sempre “interior ao conteúdo: ela faz parte do que é afirmado” (DUCROT, 1981, p. 93). Ducrot (1990) afirma que enunciado negativo é como se fosse um diálogo entre enunciadores opostos. Apresento a

<sup>49</sup> Tradução minha de: “Je proposerai de décrire tout énoncé de la forme *non-p* comme accomplissement de deux actes illocutionnaires : l’un est l’affirmation de *p* par un énonciateur E<sub>1</sub> s’adressant à un destinataire D<sub>1</sub>, l’autre est le rejet de cette affirmation, rejet attribué à un énonciateur E<sub>2</sub> s’adressant à D<sub>2</sub>” (DUCROT, 1980, p. 49-50, grifos do autor).

seguir alguns discursos e enunciados, seguidos, respectivamente, de suas análises polifônicas, a fim de verificar como opera a negação em cada um dos casos.

D(4): *não solto indiretas, apenas falo sem citar nomes*<sup>50</sup>

E(1): *não solto indiretas*

E<sub>1</sub>: *solto indiretas*

E<sub>2</sub>: *não solto indiretas*<sup>51</sup>

L: recusa E<sub>1</sub>

L: assume E<sub>2</sub>

E(2): *apenas falo sem citar nomes*

E<sub>1</sub>: *falo citando nomes*

E<sub>2</sub>: *falo não citando nomes*

E<sub>3</sub>: *apenas falo sem citar nomes*

L: aceita E<sub>2</sub>

L: recusa E<sub>1</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

Observando o discurso inteiro, vemos que o locutor retifica E(1), fazendo uma reformulação de sua fala em E(2). Mais uma vez, identifica-se a presença do humor, mas isso ocorre justamente em razão da reformulação feita, que manifesta uma tentativa de amenizar o primeiro enunciado e, conseqüentemente, a força argumentativa de *solto indiretas*. Todavia, esse esforço é ineficaz, já que o ato de *falar sem citar nomes* não deixa de ser uma forma de falar indiretamente. Mesmo assim, é evidente que houve um empenho em modalizar o discurso, tanto pela substituição da construção *não solto indiretas* por *falo sem citar nomes* – como se fossem atitudes totalmente distintas – quanto pelo uso do *apenas*, que reforça a ideia de uma atitude mais inofensiva e ressalva a atenuação. É importante constar, ainda, que esse termo está no nível do discurso, uma vez que seu sentido está vinculado ao primeiro enunciado.

<sup>50</sup> Autor desconhecido. Disponível na internet.

<sup>51</sup> Ver explicação na Nota 44. Não será explorado o conceito específico de *solto* nesse discurso pelas mesmas razões presentes na referida nota de rodapé.

Analisemos, agora, o enunciado:

E(8): *não é certo comer de madrugada*

E<sub>1</sub>: *come-se de madrugada*

E<sub>2</sub>: *é certo comer de madrugada*

E<sub>3</sub>: *não é certo comer de madrugada*

L: aceita E<sub>1</sub>

L: recusa E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

Esse enunciado pode levar o interlocutor a concluir que é errado comer de madrugada. Porém, a escolha pela negação e a troca de *errado* por *certo* atenua o sentido dessa conclusão. Vejamos agora um último caso de uso da negação:

D(5): *não digo que ele mente, mas não fala a verdade*<sup>52</sup>

E(1): *não digo que ele mente*

E<sub>1</sub>: *ele mente*

E<sub>2</sub>: *digo que ele mente*

E<sub>3</sub>: *não digo que ele mente*

L: recusa E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>2</sub>

E(2): *ele não fala a verdade*

E<sub>1</sub>: *ele fala a verdade*

E<sub>2</sub>: *ele não fala a verdade*

L: recusa E<sub>1</sub>

---

<sup>52</sup> Fala do jogador de futebol Romário em uma entrevista do jornalista Rica Perrone divulgada no site ESPN. Disponível em: [https://www.espn.com.br/artigo/\\_id/9331560/romario-detona-parreira-e-zagallo-foi-usado-como-bomba-e-revela-basidores-copa-de-94](https://www.espn.com.br/artigo/_id/9331560/romario-detona-parreira-e-zagallo-foi-usado-como-bomba-e-revela-basidores-copa-de-94). Acesso em: 13 out. 2021.

L: assume E<sub>2</sub>

Este é um caso parecido com D(4), em que o segundo enunciado registra uma reformulação da estruturação do primeiro. Em ambos os discursos, ocorre o que o semanticista denomina como *negação metalinguística*, tipo de negação que “contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (DUCROT, 1987, p. 203). O primeiro enunciado é colocado como se tivesse sido produzido por um outro locutor, a quem o enunciado seguinte dá uma resposta. Assim, o segundo enunciado de cada discurso opõe-se à fala de locutores que afirmam *solto indiretas*, em D(4) e *ele mente*, em D(5). Outro aspecto para chamar a atenção em D(5) é a presença de um discurso sobre o discurso no primeiro enunciado, uma vez que a construção *não digo* não está no mesmo plano que o restante.

O articulador *mas*, nesse caso, é equivalente a *sino*, na Língua Espanhola. Esse termo está introduzindo uma retificação, e não uma ideia de oposição (como em *quero comprar um carro, mas não tenho dinheiro*), para a qual é usada a palavra *pero*<sup>53</sup>. Na Língua Portuguesa, empregamos *mas* para ambos os propósitos, de modo que essa diferença de sentido possa ser analisada apenas semanticamente.

No último exemplo, a negação está presente em ambos os enunciados, mas de formas diferentes. No segundo enunciado, o tipo de negação existente é, de acordo com Ducrot (1987), o mais comum entre os enunciados negativos, aquele em que o locutor opõe-se a um enunciador, no caso, E<sub>1</sub>, que se constitui de uma atitude positiva interna ao discurso. No enunciado precedente, em contrapartida, a negação está ligada à enunciação, já que o locutor nega uma provável afirmação, deixando de assumir o ponto de vista que afirma *ele mente*: o locutor falando sobre seu próprio dizer.

Chamo a atenção do leitor para o fato de que, em todos os exemplos desta seção, a negação esteve a serviço da modalização. Na última análise, assim como na primeira, houve uma espécie de reformulação do discurso na tentativa de atenuar uma afirmação, embora *mentir* e *não falar a verdade* levem a conclusões semelhantes. O mesmo se pode dizer sobre a escolha de *não é certo* em vez de *é errado* no segundo exemplo. A forma como os discursos e os enunciados foram construídos, por meio da negação, indica que houve um esforço para que as colocações soassem de forma menos abrupta.

---

<sup>53</sup> Para maiores explicações sobre o termo “mas”, consultar o capítulo *De magis a mas: uma hipótese semântica* (em colaboração com Oswald Ducrot), em VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 103-128.

### 3.6 PERGUNTA

O linguista baseia-se novamente na Teoria dos Atos de Fala de Austin para explicitar essa categoria semântica. Segundo ele, onde há um ato ilocutório de pressuposição, admite-se “a existência de vários atos ligados a um só enunciado” (DUCROT, 1987, p. 179). O exemplo a seguir demonstra isso, pois, além de haver um pressuposto indicando que o alocutário possui uma caneta, há um ato de pergunta sendo realizado:

E(9):  *você poderia me emprestar a caneta?*

E<sub>1</sub>:  *você possui uma caneta*

E<sub>2</sub>:  *eu quero que você me empreste a caneta*

E<sub>3</sub>:  *não tenho certeza se você pode me emprestar a caneta*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

Nesse enunciado, o verbo *poder* no futuro do pretérito estabelece uma forma cortês de fazer a solicitação de empréstimo da caneta. Trata-se de um enunciado mais modalizado do que outras possibilidades de pergunta como  *você me empresta a caneta?*. Reduzindo ainda mais os esforços de atenuação, poderíamos usar o imperativo  *empreste-me a caneta*. Cada um desses usos depende do contexto enunciativo, do grau de formalidade adequado e do nível de intimidade com o interlocutor.

Assim, a forma como usamos a linguagem no dia a dia está muito relacionada com as convenções sociais. Analisemos, por exemplo, o enunciado a seguir:

E(10):  *você tem horas?*

E<sub>1</sub>:  *você não tem horas*

E<sub>2</sub>:  *você tem horas*

E<sub>3</sub>:  *você tem horas?*

L: aceita E<sub>1</sub>, E<sub>2</sub>

L: assume E<sub>3</sub>

O locutor aceita  $E_1$  e  $E_2$ , porque, diante da pergunta realizada, admite-se a existência de duas hipóteses antagônicas: ter ou não ter horas. Quando uma pessoa faz essa pergunta para outra, ela espera obter como resposta o horário do momento da enunciação. Linguisticamente falando, as opções de retorno poderiam ser *sim, tenho horas* ou *não, não tenho horas*. No entanto, como conhecedores que somos das convenções sociais que regem a nossa língua, tais respostas soariam de forma estranha e até mesmo cômica, dependendo do contexto em que a interação ocorresse.

Lembro aqui a referência ao CLG (2012) feita na seção 1.1.3: em oposição à fala, que é individual, a língua é *social* e fruto das convenções firmadas pelos membros da comunidade linguística. Esse renomado linguista, Ferdinand de Saussure, tinha por objetivo estudar a língua por ela mesma. Apoiando-se em suas ideias, Oswald Ducrot parte da fala – do sentido – para estudar a língua – a significação – e, com isso, constrói uma Teoria que investiga as profundezas do sistema linguístico.

Isso não significa que esses pesquisadores ignorem a natureza social da língua; trata-se apenas de uma delimitação científica. Neste capítulo, em diversos exemplos, senti-me com a responsabilidade de considerar alguns fatores de ordem extralinguística, a fim de não perder de vista que o contexto enunciativo é também essencial para a constituição do sentido. Todavia, a análise polifônica de enunciados e discursos é capaz de revelar a riqueza de possibilidades e de restrições inscritas na própria língua. Além disso, foi possível verificar como a modalização se inscreve de diversas maneiras – no nível do discurso, nos pontos de vista dos enunciadores, nas atitudes do locutor, entre outras. Certamente, o estudo seria ainda mais enriquecedor se fosse incluída nele a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), mas deixo em aberto essa oportunidade de dar continuidade à investigação em pesquisas futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última sessão das conferências do seminário *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*, da Universidad del Valle, em Cali, no ano de 1988, foi destinada à discussão, ocasião em que os participantes do evento tiveram a oportunidade de ter suas perguntas respondidas pelo professor Oswald Ducrot. Um dos questionamentos mencionava supostas divergências de posicionamento do semanticista no que se refere a sua adesão à Filosofia da Linguagem.

Com efeito, quando acompanhamos a linha de raciocínio de Ducrot, por meio de suas obras, desde os primeiros estudos até as pesquisas mais recentes, percebemos uma evolução na Teoria desenvolvida, o que o levou a abrir mão de determinadas ideias quando estas já se mostravam incompatíveis com os novos rumos tomados durante a pesquisa. Em relação à Filosofia da Linguagem, inicialmente, o linguista responde à pergunta do participante informando os motivos pelos quais essa área o atraía. Em seguida, justifica por que precisou afastar-se dela ao longo de sua trajetória.

O semanticista lista duas razões que fizeram despertar seu interesse por esse ramo da filosofia. A primeira delas é que, segundo ele, os filósofos analíticos discutiam questões de ordem filosófica a partir da linguagem, com base no sentido das palavras. Como uma segunda razão, o professor afirma que, no âmbito das investigações voltadas à Filosofia da Linguagem, especialmente as de Austin, especulações sobre a veracidade ou a falsidade dos enunciados não convêm. O que descreve a enunciação é a força ilocucionária, ou seja, o que o locutor pretende fazer com essa enunciação (DUCROT, 1990). Assim, houve um momento em que a adesão à Filosofia da Linguagem teve propósitos consistentes e trouxe contribuições relevantes para a elaboração da Teoria de Ducrot e de seus colaboradores. Todavia, o rompimento posterior com esse campo filosófico foi uma ação consequente do processo de construção teórica a fim de garantir a coerência das ideias defendidas.

O afastamento entre a Semântica Argumentativa e o campo filosófico é justificado pela completa separação do enunciado em duas partes feita pela filosofia: “a força ilocucionária que não tem nenhum caráter de veracidade e o conteúdo proposicional que o tem”<sup>54</sup>. O semanticista, em contrapartida, não vê compatibilidade entre o seu ponto de vista e os que sugerem a segregação do enunciado entre um aspecto objetivo e outro subjetivo fundada pela

---

<sup>54</sup> Tradução minha de: “la fuerza ilocucionaria que no tiene ningún carácter veritativo y el contenido proposicional que sí lo tiene” (DUCROT, 1990, p. 178).



filosofia analítica, propondo-se a “destruir” a noção de conteúdo proposicional (DUCROT, 1990, p. 178).

Um pouco mais tarde, em 1993, é publicado o artigo *A quoi sert le concept de modalité? (Para que serve o conceito de modalidade?)*, no qual, como o próprio nome diz, Ducrot discorre sobre o conceito de *modalidade*, problematizando algumas concepções, inclusive aquelas que distinguem duas partes constituintes do enunciado. No texto, o linguista traz à tona mais uma vez a oposição vista por ele como inerente à definição de todo e qualquer conceito: se existe o *modal*, existe também o *não-modal*. O pensamento ocidental, segundo o autor, associa tal oposição às noções de *objetividade* e *subjetividade*, como se houvesse uma separação do enunciado entre *descrição das coisas* e *tomada de posição* do locutor a respeito dessas coisas e como se fosse possível para o locutor apenas descrever, sem se posicionar. O questionamento que emerge a partir dessa reflexão é: “não é toda descrição, em si mesma, intrinsecamente, uma tomada de posição?”<sup>55</sup> Imagine o leitor um pátio arborizado, no outono, com as folhas das árvores caindo ao chão. Haverá quem diga “a paisagem é bonita”, mas haverá também aqueles que dirão “o chão está sujo, é preciso varrer as folhas”. Assim, o simples ato de descrever um cenário já expressa o ponto de vista de quem o está observando, até porque a própria adjetivação (bonito/feio, limpo/sujo), nesse caso, revela um olhar muito pessoal e pouco preciso.

Além das oposições *objetividade/subjetividade* e *descrição/tomada de posição*, o semanticista discute os conceitos de *denotação* e *conotação*, geralmente “considerados como dois constituintes independentes e sobrepostos do sentido”<sup>56</sup>, de modo distinto como ocorre entre o *modus* e o *dictum* de Bally, os quais são interdependentes e possuem uma estrutura semântica única, não sendo possível separá-los no enunciado. A reação – o *modus* – precisa necessariamente estar associada a uma representação – o *dictum*. Assim, em vez de duas funções distintas – descrever e apreciar – Bally reconhece uma função única presente no enunciado: “expressar as atitudes dos sujeitos modais”<sup>57</sup>. Por fim, Ducrot anuncia a Teoria da Polifonia, relacionando essas concepções com as ideias que já estavam sendo delineadas em sua pesquisa. O semanticista afirma que, para ele, “o sentido de um enunciado consiste em

<sup>55</sup> Tradução minha de: “Est-ce que toute description n’est pas en elle-même, intrinsèquement, une prise de position?” (DUCROT, 1993, p. 113).

<sup>56</sup> Tradução minha de: “considérés comme deux constituants indépendants et superposés du sens” (DUCROT, 1993, p. 122).

<sup>57</sup> Tradução minha de: “exprimer les attitudes des sujets modaux” (DUCROT, 1993, p. 122).

apresentar um *locutor* (o sujeito comunicante de Bally) que põe em cena os pontos de vista de diferentes *enunciadores* (os sujeitos modais de Bally)<sup>58</sup>.

Já que levantei a discussão a respeito da oposição objetividade/subjetividade, considero oportuno relembrar os três tipos de indicações, reconhecidos por Ducrot (1990), os quais constituem o sentido de um enunciado e são abordados no primeiro capítulo deste trabalho: “as indicações *objetivas* consistem em uma representação da realidade, as *subjetivas* indicam a atitude do locutor frente à realidade e as *intersubjetivas* referem-se às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige”<sup>59</sup>. Geralmente, a *denotação* está associada ao aspecto *objetivo*, e a *conotação* aos dois últimos, separação que o semanticista visa suprimir:

Não acredito que a linguagem comum possua uma parte objetiva nem tampouco acredito que os enunciados da linguagem deem acesso direto à realidade; em todo caso não a descrevem diretamente. A meu modo de ver, se a linguagem comum a descreve, o faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo<sup>60</sup>.

Nessa ocasião, o autor expõe duas razões para justificar sua recusa pela divisão entre denotação e conotação. A primeira delas é que, quando se faz uma descrição, o locutor expressa uma atitude e induz o interlocutor a portar-se de determinada maneira. Relembro o exemplo que criei anteriormente: posso dizer que a paisagem com as folhas de outono caídas ao chão deixa a paisagem bonita, mas também posso afirmar que o chão está sujo; nesse último caso, a depender contexto enunciativo e do vínculo existente entre o locutor e o interlocutor, o enunciado pode ser compreendido como um pedido ou uma ordem para varrer o pátio. A segunda razão refere-se ao propósito de unificar os aspectos subjetivo e intersubjetivo, reduzindo-os ao conceito de *valor argumentativo*. Conforme já mencionado no primeiro capítulo, o *valor argumentativo* é definido como a *orientação* que as palavras dão ao discurso (DUCROT, 1990, p. 51).

Ao longo deste trabalho, verificamos, por meio da Teoria da Polifonia, como certos elementos linguísticos associados à modalização interferem no valor argumentativo de

---

<sup>58</sup> Tradução minha de: “le sens d’un énoncé consiste à présenter un *locuteur* (le sujet communiquant de Bally) qui met en scène les points de vue de différents *énonciateurs* (les sujets modaux de Bally)” (DUCROT, 1993, p. 128, grifos do autor).

<sup>59</sup> Tradução minha de: “Las indicaciones *objetivas* consisten en una representación de la realidad, las *subjetivas* indican la actitud del locutor frente a la realidad y las *intersubjetivas* se refieren a las relaciones del locutor con las personas a quienes se dirige” (DUCROT, 1990, p. 49, grifos meus).

<sup>60</sup> Tradução minha de: “No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente. A mi modo de ver, si el lenguaje ordinario la describe, lo hace por intermedio de los aspectos subjetivo e intersubjetivo” (DUCROT, 1990, p. 50).

enunciados e de discursos. Destaco alguns aspectos que foram constatados durante esta investigação:

- a) o locutor não assume determinados pontos de vista em alguns casos, como a ironia, por exemplo;
- b) em contextos discursivos específicos, os verbos *parecer* e *dever* podem dar origem a duas hipóteses, resultando na aceitação, por parte do locutor, de enunciadores contraditórios;
- c) morfemas como *praticamente*, *muito*, *apenas*, *mesmo*, *talvez*, entre outros, assumindo a função de intensificadores ou de modificadores realizantes e desrealizantes, interferem na orientação argumentativa do discurso;
- d) em certos casos, o locutor faz algumas “voltas”, desviando o foco da informação principal, ou insere estrategicamente meta-enunciados em seu discurso com o objetivo de evitar a responsabilidade por aquilo que é dito;
- e) com frequência, retificações são realizadas por meio de um segundo enunciado como forma de atenuar o primeiro;
- f) a negação pode transformar-se em estratégia para minimizar alguns efeitos de sentido; e
- g) o futuro do pretérito é uma opção quando o falante deseja manifestar cortesia.

A partir da observação desses aspectos, percebemos como teorias imanentistas podem ser bastante profícuas, pois revelam elementos que estão inscritos no próprio sistema linguístico, auxiliando-nos a compreender como o sentido é constituído internamente no discurso. “A riqueza, a variedade, a complexidade dos fenômenos de língua aparecem tanto mais quanto comparados a uma teoria mais restrita” (DUCROT, 1981, p. 63). Conforme a categoria semântica, o contexto discursivo e os elementos linguísticos empregados, a modalização manifesta-se de alguma maneira específica, e o método de análise da Teoria da Polifonia contribui para entender como isso ocorre. Embora a nossa língua seja formada por um conjunto de convenções sociais, e o contexto extralinguístico seja fundamental para justificar certos usos, muitos dos produtos dessas convenções já são intrínsecos ao sistema.

Dessa forma, temos como resultados desta pesquisa, em primeiro lugar, um entendimento mais amplo sobre os processos de (re)constituição do sentido, já que existem inúmeras oportunidades de manobras linguísticas para se dizer o que se quer, com cautela na escolha das palavras. Em segundo lugar, a possibilidade de ampliação do estudo por meio da

TBS, a fim de alcançar uma descrição mais completa da significação obtida por meio da modalização discursiva. Por fim, proponho a transposição didática desses resultados para o ensino da leitura e da produção escrita, assim como alguns estudos já publicados, baseados na Semântica Argumentativa que se destacaram no âmbito da Educação.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ARISTÓTELES. **Organon**. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Aprendizagem da compreensão leitora: uma proposta de transposição didática da Teoria da Polifonia e da Teoria dos Blocos Semânticos. **Signo**, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), v. 44, n. 80, p. 94-103, maio/ago. 2019.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Encadeamentos argumentativos, relações sintagmáticas e associativas: reflexões sobre o ensino da leitura. **Antares**, Universidade de Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 48-65, jan./jun. 2016a.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Polifonia linguística: uma proposta de transposição didática para o ensino da leitura. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 73-81, jan./mar. 2016b.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Ensinar gêneros? **Desenredo**, Universidade de Passo Fundo, v.10, n. 1, p. 92-103, jan./jun. 2014.

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Em busca do sentido do discurso: a semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2006.

BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. 2. ed. Berne: Éditions Francke, 1944. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k858607j.texteImage>. Acesso em: 1 jul. 2020.

BALLY, Charles. Syntaxe de la modalité explicite. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, n. 2, p. 3-13, 1942.

BARBISAN, Leci Borges. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, Semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 21-32.

BARBISAN, Leci Borges. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Enunciação e discurso: tramas de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 133-151.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguista geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRIZ, Antonio. A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. **Linha d'Água**, v. 26, n. 2, p. 281-314, 2013.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CASTILHO, Ataliba T de; CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). **Gramática do português falado**. Volume II: Níveis de análise lingüística. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'Analyse du Discours**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CULIOLI, Antoine. **Notes du séminaire de D.E.A.**; 1983-1984. Université de Poitiers: Faculté des Lettres & des Langues, 1985.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação lingüística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009a.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O Intervalo Semântico**: contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa. São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009b. p. 9-19.

DUCROT, Oswald. Los modificadores desrealizantes. **Signo y Señá**, Buenos Aires, n. 9, p. 45-72, jun. 1998.

DUCROT, Oswald. A quoi sert le concept de modalité? In: DITTMAR, Norbert; REICH, Astrid. **Modalité et acquisition des langues**. Berlin: De Gruyter, 1993. p. 111-129.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y Argumentación**: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Universidad del Valle: Cali, 1990.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 2: **Linguagem – Enunciação**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 368-393.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. São Paulo: Global Ed., 1981.

DUCROT, Oswald. *et al.* **Les mots du discours**. Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.

FLORES, Valdir do Nascimento. [*et al.*]. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOULLIOUX, Caroline; FELIPE, Didier Tejedor de. À propos du mode et de l'atténuation. **Langue Française**, Paris, n. 142, p. 112-126, jun. 2004.

GOSELIN, Laurent. **Les modalités en français** : la validacion des représentations. Rodopi: New York, 2010.

GREIMAS, Algirdas Julien. Pour une théorie des modalités. **Langages**, 10<sup>o</sup> année, n. 43, p. 90-107, 1976.

LYONS, John. **Semântica**. v.1. Lisboa, Portugal: Presença, 1977a.

- LYONS, John. **Semantics**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977b.
- MONTE, Michèle. **Modalités et modalisation** : peut-on sortir des embarras typologiques ? *Modèles linguistiques*, v. 64, 2011, p. 85-101.
- MORTARI, Cezar A. **Introdução à lógica**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PLATÃO. **O sofista**. Fonte Digital: O Dialético, 2003. Disponível em: <[www.odialetico.hpg.ig.com.br](http://www.odialetico.hpg.ig.com.br)>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SAINT-PIERRE, Madeleine. Illocutoire et modalisation : les marqueurs d'intensité en français. *Revue québécoise de linguistique*, v. 20, n. 2, p. 223-236, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SEARLE, John R. **Expression and meaning**: studies in the Theory of Speech Acts. New York: Cambridge University Press, 1979.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.
- VION, Robert. Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation. *Línguas e Letras*, Université de Provence, v. 8, n. 15, p. 193-224, jul./dez. 2007.



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, foi realizada por videoconferência, no link [meet.google.com/hqx-kodi-oyy](https://meet.google.com/hqx-kodi-oyy), sob a presidência da professora doutora Tânia Maris de Azevedo, orientadora, a defesa de dissertação de Mestrado de **Camila Fernanda Ferreto Jaques**, intitulada **A MODALIZAÇÃO DISCURSIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA**. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Carina Maria Melchiors Niederauer (UCS), Claudia Stumpf Toldo Oudeste (UPF) e Valdir do Nascimento Flores (UFRGS). Aberta a sessão, a mestranda foi convidada a fazer a apresentação de sua dissertação, seguida de arguição pelos examinadores. Logo após, a sessão foi suspensa e a Banca Examinadora reuniu-se, reservadamente, para avaliar o trabalho apresentado, conferindo à aluna o resultado final **aprovada**, com o que faz jus ao título de **Mestre em Letras e Cultura**. A Presidente da Banca encerrou as atividades comunicando a mestranda que a presente ata tem validade por noventa dias como documento comprobatório de conclusão do curso. Durante esse período, a aluna deverá realizar o autodepósito da versão final com as correções sugeridas pela Banca Examinadora, via UCS/Virtual, no Repositório Institucional da UCS, e solicitar à Secretaria deste Programa de Pós-Graduação o encaminhamento do diploma. Nada mais havendo a constar, a presente ata, lida e considerada conforme, vai assinada pelas autoridades acadêmicas elencadas acima.

Caxias do Sul, 1º de abril de 2022.

*Participação via videoconferência*

Dra. Tânia Maris de Azevedo  
Universidade de Caxias do Sul

*Participação via videoconferência*

Dra. Carina Maria Melchiors Niederauer  
Universidade de Caxias do Sul

*Participação via videoconferência*

Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste  
Universidade de Passo Fundo

*Participação via videoconferência*

Dr. Valdir do Nascimento Flores  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul